

Igualdade nas Diferenças

Os Significados do "Ser Diferente" e suas
Repercussões na Sociedade

A LUTA DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA CONTRA O DESCASO DA SOCIEDADE

Deficiências são aquelas exteriorizações notáveis - aos olhos, aos ouvidos, ao tato, ao olfato, ao raciocínio - por seu afastamento do que se considera normal: algo que falta, algo que não foi bem feito, incompleto, algo que foi alterado em virtude de intervenção, violenta ou não.

De algum tempo, a esta parte, vem a Sociedade buscando medidas para assegurar aos portadores de deficiência igualdade de direitos no que se refere ao emprego, ao transporte, à educação, à inserção social. Dos próprios interessados partem manifestações em busca dessa igualdade e de repúdio à discriminação que sofrem no seio da própria família e da sociedade. Nada mais justo e oportuno. E quem são esses deficientes?

Por todas as formas possíveis de verificação, está comprovado que se trata de espíritos com todas as qualidades e defeitos daqueles dos indivíduos ditos normais, capazes das mais altas expressões intelectuais, e, até mesmo, físicas. De alguma forma tiveram suas capacidades limitadas, impedindo-lhes a livre e total expressão, física ou mental. Do ponto de vista evolutivo-espiritual, os portadores de deficiência, por sua livre escolha ou imposição maior, estão se submetendo a um estágio de resgate de faltas acumuladas em seu passado. Conforme sua reação a esta limitação, serão beneficiados com a progressão ou o descenso correspondentes. É comovente ver como alguns vencem as dificuldades e acabam triunfando em



campos os mais inesperados. Outros, entretanto, se abandonam ao infortúnio e fazem de suas deficiências o pretexto para apelarem à caridade familiar e pública para satisfação de seus interesses.

Consideração especial merecem aqueles atingidos por deficiências no campo mental, que exigem de seus familiares e atendentes esforço extraordinário para se manterem em condições mínimas de dignidade humana. Aqui o resgate vale não somente para o deficiente, como, também, e de modo muito especial, para os que lhe cercam de carinho e bem-estar.

Com esse entendimento, a proposta de inclusão dos deficientes na Sociedade contempla um movimento em duas direções: destes, ao manifestarem sua presença por seu trabalho e produção; e, desta, em emprestar-lhes a solidariedade indispensável. Este movimento deve ser equilibrado, sem saldo positivo ou negativo em qualquer das direções, e entendido como parte de um processo de crescimento geral, em que todos se beneficiam e, idealmente, o conjunto progride. Não há, pois, ao final, necessidade de reconhecer direitos iguais a quem quer que seja. Estes são inerentes à condição humana.

A iniciativa de escreverem este livro seria frustra se a Sociedade já tivesse evoluído até o ponto imaginado acima. Tanto não evoluiu que aqui temos vários autores contando histórias e experiências calcadas na mais dura realidade, muito recentes, por sinal, como se pode sentir pela carga de sentimento que elas expõem. E a que se pode atribuir esse atraso? Correntes responsáveis já perceberam o problema, multiplicam-se as organizações destinadas a amenizar os efeitos das deficiências, projetos especiais de educação e de reabilitação, legislação específica para adaptação de ambientes e de meios públicos, estímulo ao emprego de deficientes, garantia de acesso em escolas e universidades – quase tudo já parece ter sido

pensado e resolvido, menos o fundamental: a consciência coletiva ainda não incorporou a noção da igualdade espiritual por trás de cada indivíduo, bem ou mal-dotado, deficiente ou não. Igualdade de direito ao progresso, à evolução, no ritmo próprio de cada um, assimilando as experiências que a cada um tocam.

Cabe, pois, enquanto não amadurece a consciência coletiva, esperar que iniciativas como a dos autores sejam bem acolhidas, seu exemplo de fé imitado, e que sirvam para despertar essa consciência para seu progresso verdadeiro.

PRECONCEITO: ELE EXISTE?

A história

Desde sempre, aquele menino foi apaixonado pelo futebol. Não podia ver um espaço aberto e já saía jogando. Jogava com a irmã, com os amigos, os colegas, e até mesmo sozinho. Também gostava de brincar de inúmeras outras coisas como, por exemplo, passar uma tarde inteira dedicada à construção de cidades, utilizando pedras, madeiras, rolos vazios de papel higiênico, pregos tortos, tampinhas, etc. Qualquer sucata doméstica servia aos seus propósitos. Depois da construção da cidade estar concluída, iniciava a idealização da ação e a definição de como e onde os "bonequinhos" dos super-heróis iriam enfrentar suas aventuras.

No verão, na praia, com sua turma de amigos, "curtia" andar de bicicleta, cavalgar, nadar, competir para ver quem construía o maior e mais perfeito castelo de areia e, é claro, organizar campeonatos de futebol na areia.

Ele também gostava muito de ler e escrever histórias, tendo, inclusive,

criado uma série intitulada "Gangues", na qual relatava aventuras imaginárias de muita ação. Os personagens eram vários, mas traziam semelhanças com ele mesmo, sua irmã e seus amigos. Os inimigos também faziam parte desse mundo ficcional, onde a justiça sempre triunfava e o mal recebia o seu merecido castigo. Era o seu processo de catarse.

Ele cresceu como qualquer criança deveria crescer: rodeado de amigos, amado pela família, estudando, amadurecendo e construindo sua caminhada pessoal. Desfrutou de incríveis festas, teve seu primeiro "fogo", colecionou várias "ficantes", teve a primeira desilusão amorosa, pagou multas no condomínio em que morava por não respeitar o horário de silêncio, pois ele e os amigos falavam e ouviam música muito alta e arrastavam cadeiras durante os churrascos da turma, realizados no seu apartamento.

Dos onze aos catorze anos morou em outro Estado, onde fez vários novos amigos, mas sem perder contato com suas antigas amizades. Nas férias, de volta ao seu Estado natal, organizava várias festas, reuniões e confraternizações e era convidado para outras tantas, organizadas por amigos e ex-colegas. Aos dezessete anos entrou na Universidade e, aos dezoito, tirou sua carteira de motorista e ganhou seu primeiro carro. Formou-se em Direito, mesmo Curso que sua noiva ainda estudava, e iniciou a sua jornada profissional.

A história por trás da história

Qualquer um, ao ler o relato acima, confirmaria tratar-se de uma história simples de um jovem bem-sucedido. No entanto, existem muitas outras histórias que se emaranharam para tecer essa narrativa e que estão registradas nas suas entrelinhas.

A primeira delas é que, aos dois anos, após já ter iniciado a caminhar, aquele menino chorava de dor nas pernas, não conseguia equilibrar-se e demonstrava não ter força nas suas perninhas. Iniciou-se aí, então, uma longa peregrinação a vários médicos, clínicas, curandeiros. Qualquer opção era aceita para dar uma explicação sobre o que impedia o menino de caminhar "normalmente", e, ao mesmo tempo, havia uma busca angustiante por uma solução para o problema.

Cada médico consultado apresentava um diagnóstico diferente, um deles tendo inclusive afirmado que seu comportamento era uma forma de chamar a atenção dos adultos. Depois de muito tempo, dinheiro e paciência gastos, surgiu o primeiro médico que disse não saber de que se tratava, mas que, como havia um quadro claro de espasticidade, ele iria construir o diagnóstico ao longo do tratamento prescrito, ou seja, cinesioterapia², priorizando o alongamento dos tendões e músculos.

Assim foi feito: fisioterapia, cinesioterapia, hidroterapia, e outros tratamentos alternativos. Em nenhum momento sua alegria, criatividade e paixão pela vida foram abaladas. Muito pelo contrário. Adorava a sua vida, queria fazer a diferença no mundo. Todas suas ações, desde muito pequeno, demonstravam um forte respeito pela diferença, fosse ela no nível físico, intelectual ou social. Aceitava a pessoa por seu valor humano, sua dignidade, seu caráter, sua bondade, sua gentileza, sua personalidade. Não admitia injustiça, maus tratos, descaso. Queria ajudar o mundo a tornar-se um lugar melhor para se viver e queria que sua existência fizesse a diferença.

Aos cinco anos enfrentou uma professora do jardim de infância que se negava a dar-lhe a mão para ajudá-lo a descer as escadas, apesar de ver que ele usava botas ortopédicas com ferros nas laterais até o joelho. A

"pobre" professora argumentava que ela não podia dar a mão sempre para ele ao descer as escadas porque todas as outras crianças também gostavam de descer de mãos dadas com ela. Diante deste argumento dito sem o menor tato ou consideração ao que poderia causar na autoestima de um menino de apenas cinco anos, ele respondeu na mesma hora:

- Mas "profe", a senhora tem duas mãos e eu não posso descer sozinho as escadas. Eu posso cair e me machucar. Sei que meus colegas não vão se importar se eu receber sua ajuda. Eu fico com uma mão e eles ficam com a outra.

A turma imediatamente concordou e daquele dia em diante todos passaram a exigir que a professora desse a mão para ele, enquanto eles faziam rodízio para descer as escadas segurando a sua outra mão.

Aos sete anos, já com sua paixão assumida pelo futebol, teve que mais uma vez se impor. O professor de educação física, uma vez por semana, organizava uma partida de futebol entre as turmas. O professor não impedia que ele se candidatasse à escalação, mas também não o incentivava. Resultado: um dos meninos autodenominou-se capitão do time e não queria permitir que ele fosse escolhido para jogar. A animosidade chegou a um ponto que os dois "partiram para as vias de fato". Não houve ganhador ou perdedor na luta, porque rapidamente ambos foram apartados pelo professor. Mais uma vez ele se virou para a turma e disse:

- Vocês não querem que eu jogue com vocês só porque eu caminho diferente. Mas vocês nunca me viram jogar, como sabem se eu sou ruim ou se sou bom? Eu quero jogar uma partida, e depois a gente conversa de novo.

Os colegas apoiaram a sua afirmação e ele jogou sua primeira partida na escola, pois fora do colégio jogava quase todos os dias. Ao final da



partida, com os dois gols de sua autoria, saiu consagrado como artilheiro. Desse dia em diante todos queriam que ele jogasse nos seus times, pois era gol garantido.

Aos catorze anos, com o crescimento próprio da adolescência, começou a sentir uma dor logo abaixo do joelho. Após vários exames e radiografias, o médico o chamou e iniciou um longo discurso, afirmando que ele era diferente, que tinha limitações, que não podia jogar tanto futebol (nessa época, jogava futebol cinco dias por semana), que tinha que ser mais moderado, e tantas outras observações para fazê-lo perceber que ele deveria aceitar o fato de ter de restringir suas atividades físicas.

Ele ouviu tudo isso passivamente, olhando fixamente para o médico. Ao final desse monólogo, falou calmamente: - Doutor, realmente tenho algumas diferenças em relação aos outros colegas e amigos. O senhor e qualquer um percebem essa diferença porque ela é visível, mas eu lhe garanto que todos têm suas limitações e suas diferenças. No entanto, a verdadeira diferença está no fato de que algumas dessas limitações não podem ser percebidas de imediato, diferentemente do meu caso. Além disso, limitação não significa impossibilidade, apenas exige um ajuste maior e, algumas vezes, um esforço maior. Eu não me importo com o desafio e o esforço que tenho que fazer, mas eu não vou abandonar a minha paixão pelo futebol.

O médico encarou-o, perdido profundamente em seus próprios pensamentos. Finalmente, quebrou o silêncio e disse:

- Tens toda a razão. Fico pensando como eu tenho sido insensível a uma verdade tão simples. Todos têm limitações. Eu mesmo as tenho, pois cresci muito e em muito pouco de tempo, e isso provocou um problema de formação óssea que até hoje me impede de correr, jogar futebol e tênis. Ninguém percebe, a não ser que eu conte. Agradeço-te profundamente,



pois, apesar de trabalhar com pacientes com problemas de locomoção há tantos anos e com todos os cursos feitos aqui e fora do Brasil, foi um garoto de quinze anos que me deu a maior lição: não podemos rotular ninguém por suas diferenças; não podemos padronizar os prováveis resultados que determinadas condutas podem acarretar. Afinal, cada um de nós é diferente de alguma forma e tem as suas próprias limitações.

No entanto, os desafios de sua vida não pararam por aí. Exatamente vinte e quatro horas após completar dezoito anos, ele apresentou-se em uma autoescola para tirar sua carteira de motorista. O primeiro exame foi o psicotécnico, no qual foi aprovado com louvor. Depois veio o exame médico. O médico, apenas ao vê-lo ingressar na sala, já disse que ele precisaria de uma junta médica, pois ele não poderia avaliá-lo.

Esse foi um dos momentos mais difíceis para ele. Estava empolgado com seu carro novo que logo chegaria, todos os amigos já estavam também com suas carteiras e ele fora barrado no início do processo. Mas, tudo bem. Não iria desanimar. Foi em frente, como sempre fez, e marcou a data para o exame na junta médica do CET que, para seu desânimo, foi agendado para dali a dois meses e meio. No dia agendado, antes da hora marcada, lá estava ele. Esperou horas até ser conduzido frente aos três médicos. Olharam seu caminhar, pediram que ele se abaixasse e levantasse, movimentasse o pé para cima e para baixo, fizeram exame de visão e o mandaram sair. Após mais de meia hora, entregam-lhe a liberação para conduzir carro especial, com mudança e comandos manuais.

Ele analisou aquele resultado e pediu para falar com os médicos novamente. Foi informado que só poderia ser recebido pela junta após toda a agenda ter sido cumprida. Ele aceitou ficar esperando. Já passava da uma da tarde (e ele estava ali desde às 8h e 30min) quando foi atendido. -



Desculpem, mas não posso aceitar este laudo. Como vocês sabem se eu posso ou não dirigir um carro normal apenas olhando o meu caminhar? Se vocês tivessem um simulador de carro e eu não tivesse conseguido frear, acelerar, fazer mudanças, enfim, controlar os pedais do carro, eu até aceitaria a limitação quanto ao tipo de carro que posso conduzir. Mas, a forma como vocês chegaram a esse resultado é limitante e revoltante. Vocês não sabem que eu jogo futebol, ando de bicicleta, surfo, faço trilhas, *rafting*. Então, como podem partir do pressuposto de que não conseguirei dirigir um carro de caixa mecânica? Eu só exijo que me deixem fazer a autoescola padrão para conduzir automóveis normais, e se o professor concluir que não tenho condições de dirigi-los, bom, aí será um outro caso.

Os médicos meio surpreendidos pela petulância daquele garoto e, ao mesmo tempo, sem conseguirem contra-argumentar aos fatos trazidos pelo jovem, concordaram que ele poderia ter razão, que seus argumentos eram lógicos. Contudo, infelizmente eles não podiam modificar o laudo anterior. A única saída seria marcar uma junta médica de esfera nacional do CNT. Assim foi feito. A nova data ficou marcada para três meses depois. Passados quase seis meses da primeira ida à autoescola, a junta médica do CNT reuniu-se e analisou o seu caso e o liberaram para realizar a autoescola a fim de habilitar-se a conduzir um carro normal. Ao final de seu exame e com a carteira na mão, realizou finalmente o seu sonho de conduzir seu carrinho novo, o qual havia ficado quase sete meses estacionado na garagem do prédio até que seu dono fosse autorizado a conduzi-lo. Um processo que, normalmente, ocorre no prazo máximo de dois meses, para ele custou oito meses. Mas, isto não importava, pois ele venceu mais esta barreira que tentaram lhe impor e, mais uma vez, não aceitou as limitações extras que queriam lhe imputar.



Os fatos

O objetivo desta narrativa não é destacar o caráter e a força de espírito do menino-homem da nossa história. Ele sabe da sua força, obstinação e superação frente aos mais diferentes tipos e níveis de obstáculos que a vida e a sociedade lhe imputam. Nosso desejo, mais que objetivo, é compartilhar com outros portadores de necessidades especiais momentos de reflexão e de questionamento, e possibilitar aos não portadores de deficiências físicas e/ou mentais a indagação a respeito do tipo de sociedade que estamos construindo.

Os discursos e propagandas a respeito de programas de acessibilidade urbana não são mais suficientes. Devemos entrar na fase da ação e da cobrança efetiva. E esta não deve ser realizada apenas pelos interessados diretamente, mas por toda a comunidade, pois uma cidade que atenda às mínimas condições de acessibilidade estará facilitando a vida não só de todos os deficientes físicos, mas também de gestantes, obesos, idosos, mães, etc.

Já paramos para pensar que uma cidade que esteja pronta para uma pessoa que usa cadeira de rodas, também facilitará a circulação do carrinho de bebê para uma mãe? Percebemos que um corrimão ajuda o idoso que já não enxerga muito bem pela catarata, e que tem os passos incertos pelo desgaste ósseo e muscular próprio da idade? Da mesma forma, um corrimão é indispensável para um portador de dificuldade de locomoção ou mobilidade reduzida.



O jovem da nossa história é um herói do dia-a-dia, como milhares de outros anônimos heróis. Pessoas que enfrentam com muita garra e determinação a necessidade de transformar os atos corriqueiros, às vezes os mais simples para as pessoas ditas normais, tais como escovar os dentes ou descer um lance de três degraus, em verdadeiras conquistas pessoais.

Alguns desses heróis do dia-a-dia conseguem destaque por suas conquistas em matérias jornalísticas, e viram notícia pelo simples fato da sociedade não entender como eles conseguiram superar as suas próprias limitações. É o caso do jovem Jackson Felipe Reis, portador de displasia metatrófica (um tipo de má-formação congênita), que, com apenas treze anos, já tinha escrito um livro policial e estava produzindo outras obras (ZERO HORA, 06/05/2006, p.3). Ao ser questionado se a doença atrapalhava o seu trabalho, respondeu firmemente: - "Não, absolutamente. O desejo de vencer me estimula a batalhar por conquistas como estas e provar que, para se alcançar objetivos, basta querer e lutar".

Este é também o caso, apenas para dar mais um exemplo, do neozelandês Mark Inglis que alcançou o pico do Everest, a mais alta montanha do mundo, usando duas próteses metálicas no lugar de suas pernas amputadas após um acidente numa montanha de seu país (ZERO HORA, 17/05/2006, p.32).

Paulo é um adolescente, hoje com dezessete anos. Aos quinze, conquistou uma medalha de ouro na 1ª OBMEP – Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas, em 2005, concorrendo em iguais condições com os 10,5 milhões de estudantes de todo o Brasil, na primeira fase, e com 500 mil alunos na segunda e última fase. O motivo de surpresa desta conquista é o fato de Paulo ser deficiente visual, usar cadeira de rodas e ser deficiente auditivo. Sua professora, Patrícia Marangon, no seu artigo "Paulo 100%



campeão", em Inclusão - Revista da Educação Especial (2006, p.54-55), Secretaria de Educação Especial, afirma:

- Surpresa com o desempenho de Paulo, eu também fiquei, pois jamais tinha vivenciado tal experiência: um aluno com tantas 'limitações' mostrando que era capaz de chegar a qualquer lugar, de ir mais longe, de alcançar o inalcançável. [...] Com o Paulo, aprendi que a inclusão é possível e necessária. É uma lição tanto para o aluno quanto para o professor, [...] e pretendo continuar nesse caminho, de aprendizado e troca com esses alunos, que são mais que especiais, são nossos professores de valores, de garra e determinação.

Sirlei Kapp, estudante de Direito da PUCRS, em 2002, iniciou seu primeiro estágio na Delegacia Regional do Trabalho, no Núcleo de Discriminação no Trabalho. Ela mora sozinha e trabalha com o voluntariado. Sempre que tem oportunidade, discursa contra o mito do "coitadinho", como mostra a matéria "Persistência na busca pelos Direitos" da PUCRS Informação, Revista da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2007, n. 134, p. 9) , na qual afirma: " - Preciso de algo, mas também posso fazer algo.

É deprimente valer-se de dificuldades para conseguir renda. Não é agindo assim que vamos conquistar uma sociedade inclusiva".

Esta mesma revista, na página 8, traz um dado muito interessante que vale a pena ser reproduzido:

Brasil o Censo 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontou a existência de 24,6 milhões de PPDs, o correspondente a 14,5% dos habitantes.

Esta é a razão pela qual temos matérias que nos chocam muito e chegam a causar-nos mal-estar quando vemos suas manchetes ao estilo: "Vitória de Fulano - Criança portadora de X deficiência consegue, com ajuda da imprensa e do MP, vaga em escola". Esse tipo de conquista pode até ser um tipo de vitória para a criança e sua família, mas a grande verdade é que estamos frente a uma vergonha e a uma derrota da sociedade na sua determinação de acabar com a exclusão.

É direito e obrigação do Estado garantir acesso à educação. Não é possível que uma escola, mesmo hoje com a existência de diferentes tecnologias voltadas para a autonomia de alunos com necessidades educacionais especiais e com tanto debate sobre a Educação Inclusiva, possa negar acesso a um aluno por ele trazer consigo a exigência de uma adequação da escola às suas necessidades especiais.

Também não podemos mais assistir passivamente fatos tão recorrentes, tais como propagandas de vacinação contra a poliomielite infantil que usam frases de efeitos do tipo: "Você não vai querer que seu filho fique sem futuro", ou incutir na mente popular que um deficiente físico não pode ser feliz, ser sensual, ter vida sexual plenamente satisfatória, sentir-se plenamente realizado.

Não se pode considerar natural a dramaturgia que promove, nas poucas vezes em que aparecem personagens portadores de alguma necessidade especial, ao final da novela ou filme, que os mesmos sejam submetidos a uma cirurgia milagrosa que os "cura" e, só então, eles passam



a ser felizes.

Este tipo de pensamento é irreal e preconceituoso. Além disso, cria no expectador uma imagem de que o portador é o responsável por sua deficiência: ou por não ter escolhido o médico milagroso, ou por não ter feito a cirurgia curativa, ou por não ter dinheiro para internar-se em tal clínica.

Dentro das limitações e dos ajustes que cada um dos portadores de necessidades especiais realiza para operacionalizar seu dia-a-dia, ele vive ou deveria viver como todo ser humano, enfrentando seus problemas, desfrutando de suas realizações e conquistas, estudando, trabalhando, construindo família. Não podemos generalizar comportamentos nem rotular as pessoas de acordo com seu aspecto físico ou sua aparência, e aqui podemos incluir os feios, os gordos, os velhos.

Uma sociedade só será inclusiva quando qualquer cidadão for respeitado e valorizado por sua pessoa e não por seu físico ou sua condição social. No entanto, para podermos realmente nos encaminhar nessa direção, devemos primeiro combater os tabus e os preconceitos mais escondidos. Muitas mentes brilhantes que contribuíram com trabalhos importantíssimos para a humanidade, tanto na área das ciências como na das artes, eram portadores de deficiências físicas seríssimas. Lembrem do tetraplégico ganhador do prêmio Nobel? Ou do escritor que só mexia o pé esquerdo, tão famoso após a realização do filme sobre sua história? Ou do nosso escritor Marcelo Rubens Paiva?

Crianças, vítimas de paralisia cerebral, carregam uma mente brilhante, curiosa, ativa em corpos que não respondem aos seus comandos, que trazem fortes atrofia e espasticidades musculares, mas, mesmo assim, quando lhes disponibilizam computadores com adaptadores para sua especificidade, comunicam-se, criam, trabalham, conquistam sua autoestima e dignidade.

Eu conheci, em São Paulo, um jovem de dezenove anos que, ao nascer, teve paralisia cerebral decorrente de problemas no parto. Ele morava sozinho, cozinhava e cuidava da casa e da roupa, apesar de só conseguir caminhar usando andador e ter muita dificuldade em controlar os movimentos involuntários das mãos. Comunicava-se em três idiomas e tinha amigos em várias partes do mundo, apesar de sua dificuldade em verbalizar as frases. Sua dicção era péssima, mas seu mundo não tinha limites quando ele navegava pela internet.

Hoje existe uma gama variada de recursos que possibilitam e facilitam a integração do usuário deficiente físico com o computador. São as chamadas Técnicas Assistivas, que podem ser classificadas em três grupos: 1) adaptações físicas ou órteses, que são todas as adaptações ou aparelhos fixados e utilizados no corpo da pessoa e que facilitam a interação do mesmo com o computador; 2) adaptações de Hardware, que são todos os aparelhos ou adaptações presentes nos componentes físicos do computador e nos periféricos, como teclados, mouses, microfones, etc.; 3) softwares especiais de acessibilidade, ou seja, os programas especiais de computador que possibilitam a integração do deficiente com a máquina.

Inclusão - Revista da Educação Especial, de agosto de 2006, traz uma matéria muito interessante sobre as Tecnologias Assistivas, mostrando os vários recursos disponíveis. Os autores do artigo "Tecnologias Assistivas para autonomia do aluno com necessidades educacionais especiais", Teófilo Alves Galvão Filho e Luciana Lopes Damasceno, mostram os recursos simples, acessíveis, de baixo custo e alta funcionalidade que estão disponíveis, mas que são pouco conhecidos por educadores, gestores de áreas de trabalho e pelos próprios portadores de necessidades especiais. A matéria enfoca mais a questão educacional, mas podemos facilmente transferir essas informações para a residência e para as empresas que possuem políticas de



inclusão.

Tecnologias Assistivas ou Ajudadas Técnicas, como também podem ser chamadas pela Norma Internacional ISSO 9999 (1998), são:

[...] qualquer produto, instrumento, estratégia, serviço e prática, utilizado por pessoas com deficiência e pessoas idosas, especialmente produzido ou geralmente disponível para prevenir, compensar, aliviar ou neutralizar uma deficiência, incapacidade ou desvantagem e melhorar a autonomia e a qualidade de vida dos indivíduos.

Portanto, a sociedade deve ver com naturalidade pessoas com determinadas deficiências, que estão lutando e adaptando-se para poderem interagir e relacionar-se com o mundo ao seu redor. Elas utilizam aqueles recursos que lhes dão mais chances para competir em igualdades de condições com todos os outros seres humanos, possuidores de diferenças intrínsecas.

Desta forma, indivíduos portadores de diferenças externas facilmente identificadas, através da elevação da sua autoestima e do respeito conquistado, explicitam seu potencial laborial e seu pensamento de forma clara e eliminam gradativamente as discriminações.

O preconceito

Preconceito, ele existe? Sim, existe. Consegue-se eliminá-lo? Bem, aí entramos num campo que envolve os mais diferentes fatores de ordem pessoal, educacional, social, cultural, político, econômico, entre outros. Como



enfrentar a aversão que algumas pessoas têm ao diferente, a qualquer indivíduo que fuja aos padrões pré-estabelecidos por sua comunidade, sociedade, família, etc.? Como enfrentar a intolerância com as peculiaridades dos outros? Como enfrentar a repulsa pelos deficientes, muitas vezes mascaradas por uma piedade escancarada e ofensiva?

O preconceito fortalece-se com a escolha da palavra para rotular pessoas que fujam ao padrão concebido como normal que são diferentes: o deficiente. Deficiente, na língua portuguesa, significa: 1) Que tem deficiência; falho, imperfeito, incompleto; 2) Escasso. Deficiência é falta, lacuna, imperfeição, insuficiência. Isto leva, mesmo que inconscientemente, a associar o portador de alguma necessidade especial a alguém imperfeito, aquele que possui um defeito e, portanto, tem valor menor, pouca qualidade, merecendo menos consideração.

Aleijado é aquele ou aquilo que apresenta algum aleijão, ou seja, lesão, deformidade, mutilação, defeito físico, defeito grave de ordem mental ou moral; objeto malfeito, disforme. Estas palavras traduzem, junto com seus significados, conceitos preconceituosos fartamente comprovados na História da humanidade.

Na Grécia Antiga, as crianças que nasciam com alguma deformidade eram abandonadas nos cumes das montanhas; povos indígenas jogavam nos rios ou nos penhascos os bebês que pudessem trazer vergonha para a tribo; o terceiro Reich eliminou milhares de deficientes que poderiam comprometer a supremacia da raça pura.

A própria definição de deficiência foi uma das dificuldades enfrentadas pela regulamentação da Lei de cotas para deficientes nas empresas, que é de 1991, mas que só foi regulamentada em 1999. Hoje, considera-se deficiência a perda ou a anormalidade de uma estrutura ou função psicológica,



fisiológica ou anatômica. Por isso, talvez as palavras inapto, sem aptidão, inaptidão, falta de aptidão ou de habilidade, fossem mais adequadas.

As sociedades apresentam-se confinadas às práxis sociais castradoras, desestimulantes, subjugadoras e limitadoras dos potenciais humanos e funcionais das pessoas com necessidades especiais, prendendo-se muito mais a uma abordagem centrada no déficit e no desvio da norma social. Segregar o portador de deficiências das trocas psicossociais, debilitará e gerará inúmeras lacunas no desenvolvimento humano que até poderá comprometer o desenvolvimento sadio, tanto da criança, quanto do adulto, nas suas relações afetivas, na autoestima e na cidadania.

Em 2001, com a fiscalização das cotas, as empresas começaram a se preocupar com a reserva de cotas para deficientes. Hoje, sete anos após, já podemos afirmar que "a lei das cotas tem funcionado para os deficientes", ao mesmo tempo em que percebemos que o maior "desafio passa a ser transpor deficiências crônicas do próprio país – a maior delas a baixa capacitação da mão-de-obra", conforme a reportagem intitulada "Pleno Emprego", publicada na revista Veja de 31 de outubro de 2007, página 100.

O ingresso no campo de trabalho pela Lei de cotas para deficiente não é um demérito desse profissional frente aos seus colegas. É sua oportunidade de começar a trabalhar e mostrar sua capacidade produtiva. Sem a Lei talvez nenhuma empresa o aceitasse, e nem ele e nem a empresa poderiam descobrir o seu potencial.

Em 2002, em Porto Alegre, um projeto de qualificação profissional ajudou portadores de deficiências físicas a voltarem ao mercado do trabalho através de seis cursos: telefonia, massoterapia, informática, noções básicas de contabilidade, noções básicas de secretariado e áudio e vídeo. Este programa atendia, também, as empresas que passaram a ter a necessidade



de contratar, para as vagas previstas na Lei de cotas, deficientes físicos e enfrentavam a falta de qualificação dessas pessoas.

O trabalho eleva a autoestima, constrói a identidade do cidadão consciente de seus direitos e deveres. Deficiente é também cidadão. Tem todos os deveres e direitos que todos os outros membros da sua sociedade. Por isso, é inaceitável que a sociedade tolere propagandas que fortaleçam o preconceito às diferenças. Muitas vezes essas propagandas veiculadas nos meios de comunicação não se apercebem da barbaridade que estão veiculando. Um exemplo disso foi a propaganda de vacinação, anteriormente mencionada, e a atual propaganda que busca engrandecer o valor e a importância do voto.

A idéia era mostrar que um indivíduo só será cidadão se tiver voz ativa na sociedade através do seu voto. Até aí todos concordamos e aplaudimos a iniciativa. O problema foi a escolha das imagens para defender este ponto de vista: estamos vendo um grupo de jovens que falam utilizando as mãos numa cena silenciosa. Um transeunte encontra um título de eleitor no chão e aí todos passam a falar, inclusive o grupo que antes só gesticulava. Sabemos que não foi a intenção, mas na mensagem sublinear temos um preconceito estampado contra os deficientes auditivos e todos aqueles que precisam se comunicar em Libras, a língua de sinais.

No Brasil é muito grande o número de pessoas com surdez. No entanto, na escola esse número não se apresenta nas mesmas proporções. Para invertamos essa realidade, a política educacional do país tem que investir no reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais – Libras. Este é um dos direitos que o indivíduo surdo tem e que é fundamental ao seu exercício de cidadania.

Em teoria reconhece-se e difunde-se largamente a nível nacional a inclusão escolar e social de todos os cidadãos, independentemente de suas



diferenças. Quando falamos de diferença, incluímos, aqui, todas elas, ou seja, tanto as sociais, étnicas, culturais, raciais, sexuais assim como aquelas oriundas de condições físicas, intelectuais, emocionais, linguísticas e outras. No entanto, na prática, quando entramos na esfera das diferenças das condições físicas e linguísticas, especificamente, que exigem investimentos concretos da sociedade, as coisas mudam um pouco de figura.

Para realmente termos inclusão, precisamos de calçadas planas com rampas de acesso nas esquinas, escadas com corrimãos, rampas de acessos aos prédios, sinaleiras com sensores auditivos, implementação da educação bilíngue, em que Língua Portuguesa e Libras constituam línguas de instrução, investir no quadro de professores bilíngues e de instrutores de Libras no ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos, educação profissional e educação superior.

O Brasil, comparado com os outros países da América Latina, destaca-se não só por ter uma política educacional que prevê a inclusão de todos os alunos, como também por reconhecer a Língua de Sinais como meio legal de comunicação e expressão. Contudo, ainda estamos longe do ideal e devemos investir muito mais na formação de professores para o ensino de Libras e difundir o uso e o ensino de Libras e da Língua Portuguesa para surdos na totalidade do território nacional.

O governo federal brasileiro regulamentou, em 2004, a lei de universalização de atendimento obrigando as empresas, que oferecem serviços de caráter público, a assegurar o atendimento aos portadores de deficiências. Exemplos deste serviço são os do Bradesco, o maior banco privado brasileiro, que possui o extrato de conta corrente em braile e acesso aos serviços de sua página na internet para deficientes visuais, e da maior operadora de telefonia móvel do país, Vivo, que oferece, também, a conta de



telefone no alfabeto de leitura tátil para deficientes visuais.

A PUCRS, por exemplo, desde 1998, trabalha na adaptação dos ambientes do Campus Central e em recursos para garantir acessibilidade, buscando, através do seu Programa de Inclusão de Pessoas com Deficiência (PIPD), que focaliza essencialmente, na captação de recursos humanos, a orientação e preparação para o mercado de trabalho e do Programa SOMAR (Sensibilizar é Oportunizar e Manter-se Aberto às Realidades). Os serviços oferecidos pela PUCRS são CAP, Centro de Atenção Psicossocial; Curso de Libras; Graduação de Libras; LEPNEE, Laboratório de Ensino e Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais específicas, além de Basquete sobre Rodas; Recreação em Meio Aquático; Intervenção Motora Precoce; iniciação Esportiva para Deficientes Mentais; e outros.

Apesar de todos esses avanços no caminho da inclusão, não basta aceitar o aluno portador de deficiência. Os mesmos devem receber condições para desenvolverem-se na sua formação e nas suas atividades, tendo todos os seus direitos garantidos. Ainda temos muito pouco material pedagógico e livros adequados e/ou transcritos para o Sistema Braille, sonoros ou em suporte digital acessível. Não há atualizações do acervo bibliográfico das Universidades. Não há provisão de equipamentos e de programas com interfaces específicas em escolas, bibliotecas e em todos os demais espaços educativos e culturais. Faltam incentivos e, na maior parte das vezes, subsídios financeiros para implantar projetos que permitam o aceso às tecnologias disponíveis no mercado mundial.

Não basta existirem leis: elas devem ser aplicadas e observadas por todos. Não basta a sociedade conclamar-se livre do preconceito: o cidadão deve pensar e agir dentro deste parâmetro. Não existe regra ou fórmula para extirpar o preconceito do convívio diário em sociedade, mas o caminho

indubitavelmente tem que ser o da educação, que é muito mais subjetiva e abrangente que o ensinar, pois enquanto este se concentra no ato de instruir, aquele visa aos sentimentos.

As pessoas não devem surpreender-se com o fato de pessoas portadoras de deficiências estarem realizando tarefas comuns a todos cidadãos. Não devem imaginar ser algo extraordinário os portadores de deficiência fazerem compras nos shoppings, irem ao cinema, a um baile, se divertirem no carnaval, casarem, terem família, terem profissão, carreira, sonhos, obterem conquistas nas várias esferas de suas vidas, viajarem, terem autonomia e prazeres.

Por que uma questão física os impediria de realizarem os mesmos desejos e sonhos de qualquer outro ser humano? Os deficientes não são "párias", cidadãos invisíveis, cujos direitos são diariamente negados, esquecidos ou negligenciados. Consequentemente, a afirmação dos direitos básicos, que asseguram a igualdade de oportunidades e a promoção de ações educativas, torna-se vital para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária e que reconhece a igual relevância de cada uma das pessoas que a constituem.

As ações educativas não são exclusivas dos sujeitos públicos envolvidos, mas dizem respeito a cada um dos cidadãos da comunidade em que se vive. Esta é uma responsabilidade coletiva e individual, que deve reduzir ao máximo a ignorância sobre as diferentes condições e necessidades dos diversos tipos de deficiência, para então reduzir os tabus, os preconceitos e a rejeição ao deparar-se com um usuário de prótese ou em cadeira de rodas, um portador de deficiência visual ou auditiva, alguém que tenha dificuldade de locomoção ou que possua mobilidade reduzida, que seja anão, portador de alguma deformidade, enfim, que seja diferente em qualquer



aspecto.

Somente ações educativas podem minimizar as situações de constrangimento enfrentadas pelos deficientes, tais como: todos ficarem olhando, até mesmo virando-se para acompanhar um deficiente que está passando ou entrando em um ambiente; pessoas que não se dirigem ao deficiente, e sim a alguém que o acompanha, como se este não tivesse condição de entender e discernir sobre os assuntos tratados; e outros casos corriqueiros na vida de um deficiente.

Quanto maior for a educação, o esclarecimento e as informações sobre as condições e as necessidades diárias dos deficientes, menores serão as ocorrências de situações vexatórias, como a relatada na coluna de Diogo Mainardi, na Revista *Veja*, do dia 22 de novembro de 2006, página 137, a qual transcreve comentários publicados no *blog* de Mino Carta:

"Não se aborreça com Diogo Mainardi, afinal o máximo que o cidadão produz com perfeição é paralisia cerebral".

"Diogo Mainardi é um infeliz e digno de pena. Ter um filho deficiente dá mais pena ainda, porque isso fez dele uma pessoa amarga, invejosa e sem escrúpulo".

Declarações como essas mostram como os membros da comunidade podem ser preconceituosos, desrespeitosos e ignorantes sobre o que significa ser uma pessoa portadora de uma necessidade, ser portador de uma deficiência. Estas condições não impedem ou diminuem o valor da pessoa, sua capacidade de amar ou de ser amada, de ter os mesmos direitos que qualquer outro cidadão tem, de poder realizar tudo o que qualquer outro cidadão poderá realizar, respeitando-se suas especificidades.

Todo deficiente tem o direito e merece viver em uma sociedade e em



uma família que o respeite pelo que é, que aceite suas diferenças, que o trate em condições iguais a qualquer outro, que incentive suas conquistas e o apóie na superação de seus limites. A autoestima de cada um de nós, em especial dos deficientes, depende da força do amor que ele recebe, bem como do incentivo e do apoio, do estímulo em superar os seus limites e em aceitar suas limitações. Ao mesmo tempo em que conseguem elevar o nível de suas expectativas, acreditam na sua superação e na sua criatividade para se adaptar às novas situações com que ele irá se deparar.

A família, acreditando em seu potencial, estará gerando um adulto psicossocialmente saudável e fortalecido, que tenha autoestima elevada e reconheça seus direitos. Desta forma, ele, ao reivindicar o que lhe está sendo negado pela sociedade estará, direta e indiretamente, levando maior conhecimento ao grande grupo e criando precedentes que irão gradativamente diminuir a distância entre os ditos cidadãos normais e os chamados deficientes, e permitirá que assumam sua condição, mas sem sofrerem limitações dela decorrentes. Superar diariamente suas limitações é o grande desafio de todo deficiente, e a sua força para tal tarefa vem do amor e do respeito de sua família e de uma sociedade que cumpra o seu papel de propiciar as condições necessárias para tal realização.

A diferença no discurso e o discurso da diferença

*"Prefiro as linhas tortas, como Deus. Em menino eu
sonhava de ter uma perna mais curta (Só pra poder
andar torto). Eu via o velho farmacêutico de tarde, a
subir a ladeira do beco, torto e deserto... toc ploc toc
ploc. Ele era um destaque.
Se eu tivesse uma perna mais curta, todo mundo
haveria de olhar para mim: lá vai o menino torto
subindo a ladeira do beco toc ploc toc ploc.
Eu seria um destaque. A própria sacração do Eu."*

O que é ser normal?

Ao explorarmos este verso de Manoel de Barros, tocamos numa questão essencial, afinal, o que é ser normal? Essa questão não é nova e já instigou o trabalho de muitos pesquisadores, em especial os filósofos, como é o caso do francês Georges Canguilhem. Foi em 1943, em meio às

dificuldades impostas pela 2ª Guerra Mundial, que Canguilhem defendeu a sua Tese de Doutorado em Medicina sobre o normal e o patológico. Esta Tese teve a sua primeira edição neste mesmo ano, em Clermont-Ferrand, sob o título *Essais sur quelques problèmes concernant le normal et le pathologique* ³ .

Elisabeth Roudinesco designou Canguilhem como "um filósofo na tormenta", constituído por paixões, por ideais, por tormentos. Na verdade, é assim que sentem todos aqueles que refletem sobre a diferença no interior da nossa sociedade: em constante tormenta. As interrogações que assediavam Canguilhem são as mesmas que nos tomam hoje em dia. Daí a atualidade da sua reflexão para o nosso tempo, pois ele pensava na complexa constituição do sujeito e dos sentidos; pensava em como se poderia caracterizar o que é normal e o que é a anormalidade; desencadeou em reflexões sobre a saúde e a doença, sobre a vida e a morte, buscando fundar um outro estatuto científico e considerando o diferente como parte do mesmo.

Georges Canguilhem é um filósofo, um professor de filosofia acima de tudo, mas buscou na prática social da medicina uma forma de fazer uma filosofia engajada com as causas sociais. Nesse sentido, importa dizer que "consideramos a obra de Canguilhem como um todo constitutivo do processo de renovação do pensamento ocidental sobre a história da formação dos conceitos e das ciências" (PETRI, 2007)⁴ .

É em Canguilhem que vamos encontrar sólida reflexão sobre o normal

e o patológico. Toda a sua Tese foi conduzida pelo olhar crítico que lançava sobre as teorias da evolução humana e pelas doutrinas biológicas, o que o levou a refletir sobre as questões próprias ao sujeito. Seu trabalho revela que as diferenças entre o normal e o anormal são de outra ordem, diferente do que se pensava até então, pois para ele "uma saúde perfeita contínua é um fato anormal", bem como "o patológico não é anormal" (CANGUILHEM, 2006, p.96-97). Nessa linha de raciocínio, "a pessoa é doente não apenas em relação aos outros, mas em relação a si mesma". As relações entre a saúde e a doença, nesse sentido, é que estabelecem os parâmetros para o estado físico de cada indivíduo. Voltamos, aqui, à questão da singularidade do sujeito. Não é a sociedade que pode determinar o normal de um lado e o anormal de outro, pois a normalidade está em cada um. Vamos aproveitar "o *farmacêutico*", de Manoel de Barros, para exemplificar isso: se ele sempre teve uma perna mais curta que a outra, esse é o seu normal; se ele quebrou a perna e está em processo de recuperação, esse é o seu normal temporário; se ele vai ficar assim para sempre, essa característica vai se fixar e vai constituir sua singularidade de sujeito que sobe a ladeira, fazendo "toc" de um lado e "ploc" do outro.

Revelando diferenças

No início deste artigo mencionamos que estamos envolvidos por uma ordem pré-estabelecida pela sociedade e mesmo pela língua. É como se esse lugar de organização e de arbitrariedade nos tomasse por inteiro, passamos a fazer parte desse todo que faz da vida em sociedade o que ela é e que nos faz usuários da língua sem maiores questionamentos. Exemplificando um pouco, poderíamos dizer que apreendemos que existe uma relação direta e uniforme entre o que é normal e o que não o é numa

sociedade capitalista ocidental nos primeiros anos do século XXI. Apreendemos também que há uma relação direta entre a palavra mesa e o objeto mesa, mesmo que essa relação não seja tão direta assim, revelando apenas uma certa dosagem de arbitrariedade. É pela tentativa de desconstruir estas verdades, instituídas como tais, que enveredamos nossa discussão para o terreno da discursivização das diferenças.

É notável a relação que temos com as diferenças aparentes: se o sujeito manca, se lhe falta uma mão, se é cadeirante^s, se é cego, se tem fisionomia de portador de alguma síndrome (especialmente a de Down), etc. Mas é notável, também, a nossa distração para com as diferenças menos perceptíveis ao olhar, como é o caso dos portadores de necessidades especiais consideradas "mais leves", como alguns tipos de paralisia cerebral, de surdez, de confusão mental, de dificuldades com a fala, de neuroses, de psicoses, etc. Enfim, vivemos numa sociedade de aparências. Cada vez mais valorizamos a imagem, a representação que se tem a partir de uma imagem ou de outra. Essa tendência também se reflete no *discurso sobre* as diferenças, muito calcado na imagem.

O *discurso sobre* é definido, por Orlandi (1990, p.37), como "uma das formas cruciais da institucionalização dos sentidos. [...] O 'discurso sobre' é um lugar importante para organizar as diferentes vozes (dos discursos de)", caracterizando-se então como lugar próprio para o funcionamento da polifonia. Muito do que conhecemos hoje sobre o "deficiente físico", o "deficiente mental", "o diferente", são versões históricas que se instituíram e que são autorizadas no interior de determinado grupo social. Estes *discursos sobre* organizam e reorganizam *discursos de*, se efetivam e funcionam na forma do discurso em pleno funcionamento, o que já representa um gesto de

interpretação do "outro" sobre o sujeito "diferente". O *discurso sobre* tem ainda características próprias de um discurso que produz efeitos de sentidos contraditórios, pois, ao mesmo tempo em que ele funciona na recuperação de uma memória (organizando elementos próprios do *discurso de*), ele corre o risco de reduzir essa memória a um acúmulo de informações sobre o passado. O *discurso sobre*, nesse caso, revela o discurso mitológico, o da Igreja, o do Estado, o da escola, o da escola especial, o da ciência, o da medicina, etc. e tal, constituindo estruturas que se reproduzem indefinidamente, criando estereótipos, preconceitos, rejeições.

Vejamos algumas expressões que revelam o discurso do "outro" (que se considera dentro dos padrões de normalidade, instituídos pela sociedade), sobre o portador de necessidades especiais: "Não pode dançar porque é manco"; "Não pode escrever porque não tem a mão direita"; "Não pode brincar porque vive na cadeira de rodas"; "Não pode estudar porque é cego"; "Não pode ter autonomia nenhuma porque tem síndrome de Down". Estas expressões são corriqueiras e aparecem em diferentes ambientes, grupos ou classes sociais, revelando o discurso da exclusão que marca o *discurso sobre* os portadores de necessidades especiais. Nesse *discurso sobre* não identificamos frases afirmativas, que destaquem as possibilidades, a superação de limites, as virtudes que cada um tem. O diferente é jogado para fora, via discurso. Ele não faz e não pode fazer parte desta sociedade despreparada. É preciso ressignificar as relações sociais, é preciso realocar sentidos que explicitem as relações de igual para igual entre o "eu" e o "outro", considerando semelhanças e diferenças como constitutivas da vida em sociedade.



Reunindo as diferenças

É interessante observar como esse discurso de exclusão revela o desencontro do sujeito com o meio onde vive. O "outro" (que se acha e se diz normal) não aceita o "diferente" como seu par. Canguilhem (2006, p.102) reflete sobre isso, afirmando o seguinte:

O ser vivo e o meio, considerados separadamente, não são normais, porém é sua relação que os torna normais um para o outro. O meio é normal para uma determinada forma viva na medida em que lhe permite uma tal fecundidade e, correlativamente, uma tal variedade de formas que, na hipótese de ocorrerem modificações do meio, a vida possa encontrar em uma dessas formas a solução para o problema da adaptação que, brutalmente, se vê forçada a resolver. Um ser vivo é normal em um determinado meio na medida em que ele é a solução morfológica e funcional encontrada pela vida para responder a todas as exigências do meio.

Então, trazendo esta reflexão para o nosso artigo, podemos dizer que se o meio for adaptado ao ser vivo (do qual ele depende para existir), ele deixa de ser "anormal", passando a constituir a dita "normalidade", tão exigida pela sociedade ocidental, capitalista, preconceituosa da nossa era. Talvez, daqui a algum tempo, possamos retomar este nosso texto e dizer que essa sociedade da exclusão é coisa do passado, porque não é tão difícil assim adaptar o meio ambiente aos seres vivos. Segundo Canguilhem, é preciso pagar um preço para que todos vençam suas dificuldades. Considerando a



vida como um bem maior, esse preço é o de renunciar a qualquer tipo de normatividade eventual (2006).

Na verdade, precisamos de rampas para cadeirantes, mãos mecânicas para os amputados, sinais de trânsito em braile. Isso não é difícil, é uma questão de vontade política. No entanto, há algo mais difícil de se obter, muito embora seja imprescindível para a alteração do meio: as boas relações entre as pessoas, a compreensão, a empatia. O homem, esse ser social que se diz tão superior às outras espécies, precisa ressignificar seu mundo, rever seus valores éticos, aceitando a diferença como constitutiva e não como algo a ser extirpado. É preciso que uns aceitem os outros com suas limitações, com suas deficiências, com suas necessidades especiais. Por falar em "necessidades especiais", quais são as pessoas ou os órgãos assistenciais (governamentais ou não) que tomam conta dos portadores de necessidades especiais menos visíveis? Quem se importa, quem cuida daquele sujeito que não tem deficiência física nem mental, mas que tem necessidade especial de carinho, de atenção, de consolo, de amizade, de tratamento médico, de tratamento psicológico, de paz de espírito? Todos temos necessidades especiais, algumas são mais visíveis, outras nem tanto.

Identities, differences and violence in the contemporary urban space

A contemporaneidade tem se destacado pelos modos como a cultura opera, incidindo na constituição das identidades e subjetividades, moldando maneiras de ser, de pensar, de viver, enfim, regulando fatores materiais e simbólicos da vida nas sociedades do presente. A partir deste entendimento, minha intenção neste ensaio é problematizar alguns aspectos sobre a construção das identidades e diferenças, articuladas com a violência urbana, em espaços culturalmente constituídos onde se entrecruzam os sujeitos contemporâneos. Para tanto, julgo ser interessante propor algumas considerações teóricas sobre a construção das identidades e diferenças que problematizem concepções modernas de sujeitos.

A busca de identidade está sendo cada vez mais questionada e teorizada. Segundo Stuart Hall (2003, p.7),

Dessa forma, a idéia que se tinha de uma identidade única, enraizada, inabalável, sem mutações, não existe mais — pois, na perspectiva dos estudos contemporâneos, são processos de identidades que estão acontecendo, são várias posições que um sujeito pode ocupar na sociedade, ocasionando várias representações de si.

O autor afirma ainda que ideias e representações — como gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade — consideradas até bem pouco tempo atrás como estáveis, hoje tem a sua solidez abalada, transformando-se a partir dos discursos, da comunicação, das relações com os outros, da produção e construção de si e com os outros. Distingue três concepções de identidade: o sujeito do iluminismo que se mostra como um indivíduo centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação; o sujeito sociológico, formado na relação com outras pessoas importantes para ele; e o sujeito pós-moderno, que não possui uma identidade fixa, essencial ou permanente. Segundo ele, "o sujeito assume identidades que não são unificadas ao redor de um 'eu' coerente. É definida historicamente, e não biologicamente" (HALL, 2003, p.13).

Analisando essas três concepções de identidade, temos no sujeito pós-moderno toda uma angústia de se representar, de se constituir, pois não há mais um alicerce no qual se possa levantar e construir sua identidade. Essa identidade pós-moderna está sendo desenvolvida na fluidez, na mobilidade, na mudança, na instabilidade. O "mar" é uma metáfora que pode ser utilizada, um elemento que mistura, envolve, e está sempre em plena mudança, em pleno ir e vir, em levar e trazer: é algo que desaloja, destrói o que era sólido e força a uma nova construção. São as características dos líquidos, dos fluidos, que melhor ilustram o estágio atual da Modernidade, como propõe Zygmunt Bauman:

Os fluidos se movem facilmente. "Eles "fluem", "escorrem", "esvaem-se", "respingam", "transbordam", "vazam", "inundam", "borrifam", "pingam"; são "filtrados", "destilados"; diferentemente dos sólidos, não são facilmente contidos – contornam certos obstáculos, dissolvem outros e invadem ou inundam seu caminho. Do encontro com sólidos emergem intactos, enquanto os sólidos que se encontraram, se permanecem sólidos, são alterados – ficam molhados ou encharcados. A extraordinária mobilidade dos fluidos é o que os associa à idéia de "leveza" [...]. Associamos "leveza" ou "ausência de peso" à mobilidade e à inconstância: sabemos pela prática que quanto mais leve viajamos, com maior facilidade e rapidez nos movemos. (2001, p.8)

A Modernidade Líquida é a Modernidade do *software* em oposição ao *hardware* (em todos os sentidos da ilustração), é a Modernidade do tempo instantâneo que pouco se importa com o espaço. Nessa Modernidade tudo há de ser fluido, as instituições, os relacionamentos e as práticas.

Admitir viver conforme a pauta estrutural e valorativa da Modernidade Líquida é, para ainda aproveitar as metáforas utilizadas por Bauman (2004, p.13), esquiar sobre gelo fino: "a salvação está na velocidade", pois "quando se é traído pela qualidade, tende-se a buscar a desforra na quantidade".

A leitura de Foucault também ajuda a pensar a identidade, pois o principal objeto de seus estudos foi o sujeito, o ser humano. O autor trabalha com noções de sujeito, poderes e resistências. O poder não está em apenas um lugar ou em alguns, mas em todos os lugares, são micropoderes e microrresistências. Considera a identidade como produção, uma ação contínua, num permanente trabalho discursivo inacabado, flutuante e instável.

Mesmo as identidades aparentemente mais sólidas, como a de mulher, homem [...] escondem negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de temporalidades em constante processo de transformação, responsáveis, em última instância pela sucessão de configurações hermenêuticas que de época para época dão corpo e vida a tais identidades. Identidades são, pois, identificações em curso (2000, p.135).

Também para Souza Santos e Foucault, a ideia de identidade não é fixa, acabada e una, mas um processo, uma ramificação de rizomas, e não de raízes, lembrando Deleuze e Guattari. Dessa forma, as identidades são produzidas por jogos discursivos. Em "O sujeito e o poder", Foucault afirma que as lutas discursivas giram em torno da busca da identidade. Elas são uma recusa às abstrações, uma recusa à violência do Estado econômico e ideológico que ignora que somos indivíduos, e também uma recusa à inquisição científica e administrativa que determina a nossa identidade. Em suma:

O principal objetivo dessas lutas [...] é o de atacar uma técnica particular, uma forma de poder que se exerce sobre a vida cotidiana imediata. [...] É uma forma de poder que transforma os indivíduos em sujeitos (FOUCAULT, 1995, p.234).

Assim, a identidade está articulada aos poderes, ou melhor, aos micropoderes que geram microlutas dentro da sociedade. Não basta apenas afirmar que sou brasileiro, suíço ou africano. Uma identidade, que resulta de microlutas dentro do próprio território nacional ou não, são formas de viver

em relação a todas as outras categorias de saberes e poderes. É nessa rede de acontecimentos discursivos que relacionamos com seus possíveis micropoderes, microlutas e microrresistências, que se dá a construção de identidades.

Foucault ainda afirma que há três tipos de lutas pela construção da identidade: aquelas que se opõem às formas de dominação (étnicas, sociais e religiosas); aquelas que denunciam as formas de exploração que separam o indivíduo daquilo que produzem; e aquelas que combatem tudo o que liga o indivíduo a ele mesmo e asseguram assim a submissão aos outros - lutas contra a sujeição, contra as diversas formas de subjetividade e de submissão (FOUCAULT, 1995).

Para Foucault, a última luta é a que prevalece na sociedade ocidental moderna, pois são formas de subjetivação que se colocam como representações de individualização. Considerando esta individualização e liberdade não como uma construção de identidades insubmissas, pelo contrário, são relações de poder que foram racionalizadas e centralizadas. No entanto, sempre há fugas, resistências, pois nessas relações de poder há a fronteira constituída pela estratégia de lutas e os pontos de insubmissão, uma vez que são forças constituintes, ações recíprocas, sempre com trocas contínuas.

Silva (2003, p.76) afirma que "dizer, por sua vez, que identidade e diferença são o resultado de atos de criação linguística significa dizer que elas são criadas por meio de atos de linguagem". Com essa afirmação, a identidade está relacionada à diferença, à linguagem, ao discurso. São três elementos inseparáveis — é a diferença que ocasiona as identidades, e, sem a linguagem, sem o discurso, como perceber e criar a diferença? Não falamos as mesmas coisas, pois cada indivíduo possui uma memória discursiva



diferente; dessa forma, é através dos discursos produzidos que aparecem as novas identidades, as novas representações; é na relação com os outros que produzimos discursos, que mostramos diferenças e que construímos representações de nós e dos outros; o outro só é porque nós o construímos, nós o representamos através do nosso olhar. A linguagem é instável, múltipla, multifacetada, repleta de outras vozes, como a identidade, sempre instável e buscando marcar a diferença, numa luta constante, uma luta entre sujeitos e poderes.

A ligação entre linguagem, diferença e identidades, mas sem fixar uma norma ou regra, seria a tentativa de uma representação. O sujeito é atravessado por várias vozes e discursos, por uma memória discursiva, ocupando posições, não sendo e nem tendo mais um centro, produzindo enunciados. Estes enunciados estão repletos de outros em suas margens (FOUCAULT, 2003). Apresentam e demonstram diferenças, particularidades, combinações, escolhas, ocasionando uma rede de elementos que constitui uma representação de identidade, uma maneira de se posicionar em relação aos outros e a ele mesmo.

Outro ponto importante sobre a produção das identidades é o hibridismo como mistura, conjunção, intercurso entre diferentes nacionalidades, entre diferentes etnias, entre diferentes raças, colocando em xeque aqueles processos que tendem a conceber as identidades como fundamentalmente separadas, divididas, segregadas. Como Foucault afirma, "[...] a identidade que se forma por meio do hibridismo não é mais integralmente nenhuma das identidades originais, embora guarde traços dela" (2003, p.87).

Segundo Woodward, "a diferença é estabelecida por uma marcação simbólica relativamente a outras identidades" (2000, p.14). A autora ressalta

ainda que a identidade não é o oposto da diferença, mas sim depende dela. Envolve um sistema de classificação que estabelece as relações sociais organizadas e divididas entre "nós e eles". A diferença pode ser vista de forma negativa. Nesse caso, ela é projetada no outro - que se torna, então, o domínio da diferença -, o qual é marginalizado e excluído pelos aspectos negativos a ele atribuídos. Por outro lado, quando vista de maneira positiva, implica em fazer da estranheza e do conflito que ela engendra uma fonte de conhecimento e enriquecimento.

A identidade não pode ser pensada nem como algo estável nem como uma essência. Woodward sugere que "Embora a identidade seja construída por meio da diferença, o significado não é fixo" (2000, p.28). Apoiase no conceito de *différance* de Jacques Derrida (1978 apud WOODWARD, 2000, p.28), para quem "o significado é sempre diferido ou adiado; ele não é completamente fixo ou completo, de forma que sempre existe algum deslizamento". Enfatiza, assim, a fluidez da identidade, ou seja, a maneira como o sujeito se define, através de suas escolhas identitárias. Ele está sempre passível de *alter-ações* - ações por parte do outro -, portanto, as identidades constituem-se como inexoravelmente destituídas e constituídas pela diferença.

No mundo atual, globalizado, parece que se multiplicam as possibilidades de referências para os sujeitos se posicionarem. A diversidade de opções identificatórias está atrelada à proliferação de grupos e subgrupos e, por conseguinte, de novas escalas que dão a impressão de que a diferença passa a ser a dominante cultural, a própria totalidade. No entanto, a diferença, assim entendida, não produz estranhamento, mas serve à fruição passiva, sendo mais um aspecto a ser consumido (apropriado) pelo sujeito.

Dessa maneira, cabe ressaltar aqui uma nota importante sobre o que



entendo como diferença enquanto o campo do conflito entre distintas posições de sujeito, e enquanto o campo da diversidade, que diz respeito à pluralidade e variação de escolhas disponíveis na cultura de consumo. A diferença implica a identidade, como discuti acima, e, por isso mesmo, a permanente negociação entre o que se inclui e o que se exclui. A diversidade aponta para o ponto de fuga do conflito onde a renovação de opções obstrui o sentimento de perda e o sentido de incompletude.

Para pensar a subjetividade em nossa época e contribuir com esta análise, utilizo as idéias de Sueli Rolnik (1997). A autora entende que a globalização da economia e os avanços tecnológicos, especialmente a mídia eletrônica, aproximam universos de toda espécie, situados em qualquer ponto do planeta, numa variabilidade cada vez maior. Neste sentido, as subjetividades, independentemente de sua morada, tendem a ser povoadas por afetos desta profusão cambiante de universos; uma constante mestiçagem de forças delinea cartografias mutáveis e põe em xeque seus habituais contornos.

Rolnik (1997) acredita que o fenômeno da globalização intensifica as misturas e pulveriza as identidades, mas, ao mesmo tempo, possibilita a criação de "kits de perfis-padrão" de acordo com a órbita de mercado a serem consumidos pelas subjetividades independentemente do contexto geográfico, nacional, cultural. Para ela, esses "kits" poderiam ser entendidos como drogas psicotrópicas, drogas oferecidas pela televisão, pelas tecnologias *diet/ligh*, *boom* evangélico e literatura de auto-ajuda.

Tais "drogas" sustentam uma ilusão de identidade. Entretanto, essa nova situação não implica no abandono da referência identitária. As subjetividades tendem a insistir em sua figura moderna organizando-se em torno de uma representação de si dada *a priori*, mesmo que na atualidade

não seja sempre a mesma representação. Dessa forma a autora afirma:

Fruir da riqueza da atualidade depende de que as sub-jetividades enfrentem os vazios de sentido provocados pelas dissoluções das figuras em que se reconhecem a cada momento. Só assim poderão investir a rica densidade de universos que as povoam, de modo a pensar o impensável e inventar possibilidades de vida (ROLNIK, 1997, p.24).

Esta concepção contemporânea coloca em evidência o enfraquecimento de fronteiras delimitadas anteriormente na Modernidade. Pluralidade e inclusão são palavras de ordem nas discussões e proposições atuais, por exemplo, nas políticas públicas em debates que remetem ao "politicamente correto". A busca pela tolerância à diversidade e o apagamento das diferenças acenam contraditoriamente com o enrijecimento de posições, fundamentalismo, e, em última instância, com aumento da violência.

Tenho estado envolvida na análise e estudo dessas questões vinculadas ao espaço escolar, palco de minha atuação como docente. Entretanto, a escola não está alheia ao mundo, e, análises que não levem em conta os diversos campos onde os sujeitos se constituem, são demasiadamente limitadas. Neste pequeno ensaio busco me centrar na produção das subjetividades no espaço da cidade, articulando alguns dos aspectos que julgo serem produtivos para problematizar essa questão.

A convivência com aquele que é diferente aparece como condição *sine qua non* para a vida na cidade, que, para todos, apresenta-se como uma experiência de confrontos inevitáveis com aqueles que são iguais, por similaridade de gostos, aparências ou pertencimentos comuns, e outros, os quais sentimos como distantes e estranhos. Todas as pessoas são atingidas



pelas vicissitudes da convivência na cidade, a qual não se constitui como um mero cenário, mas sim como um espaço de enfrentamentos com o outro que propicia e mobiliza disposições subjetivas, seja de identificação com o outro e reconhecimento, seja de estranheza ou afastamento.

Lefebvre (1974) considerou que a cidade é o "espaço das diferenças". Nessa afirmação reside a sinalização seminal de que as diferenças que se estabelecem entre os sujeitos que convivem numa mesma cidade não podem ser pensadas como estando todas produzidas dentro do estrito âmbito da interação face a face. Algumas diferenças têm sua origem a partir de centros mais distantes, tais como os do poder regulado pelos mercados internacionais e nacionais. Isso acontece quando o capital pode criar diferenças entre sujeitos, como, por exemplo, aquelas que resultam de poder circular ou residir em determinados espaços urbanos, e, conseqüentemente, do valor atribuído a quem circula ou habita tais espaços. Santos (2001), a esse respeito, comenta que o território da cidade é composto por "espaços luminosos", onde há uma variedade e acúmulo de objetos, pessoas, informações e bens, e por "*espaços opacos*", onde tais características estão ausentes.

Desta forma, a cidade configura-se como lugar das trocas sociais mais amplas, centro onde circula a mercadoria - tanto capital simbólico ou cultural quanto capital econômico. A vida urbana é marcada justamente por essa característica do diverso, do diferente, que é apresentado e representado em seu ambiente público.

Não obstante, conviver com a diferença não é tarefa fácil, podendo ser muitas vezes fonte de angústia, insegurança e violência. Atualmente podemos observar que a diversidade, longe de ser representada como possibilidade de expansão de conhecimento, conjuga-se cada vez mais ao movimento de multiplicação de grupos, nos quais se estabelecem fronteiras

nítidas entre quem está dentro e quem está fora, quem pertence e quem é excluído. Não são poucas as notícias que aparecem nos meios de comunicação sobre rixas, "guerras" e hostilidades entre grupos que se rivalizam, fazendo da diferença - seja ela física ou simbólica - um motivo para ataques e atitudes xenófobas. O futebol e a briga entre torcidas são um exemplo bastante rico desta situação.

O espaço urbano sempre segregou. Injustiça e exclusão são produtos da organização sócio-política. Na contemporaneidade, porém, foi intensificado esse resto da segregação que resiste à organização; consequentemente, temos um agravamento da exclusão territorial. A cidade se divide, ficando de um lado a concentração de riqueza e de outro a da pobreza. Cidadãos divididos pelo imperativo capitalista do ter, localizados em dois mundos que ora pouco se tocam, ora se misturam e se confundem, marcando indelevelmente as subjetividades contemporâneas.

Recentemente, observa-se a configuração de um outro fenômeno: a pulverização dos atos violentos pelas cidades. Isso significa que a sociedade contemporânea vem adquirindo ares nômades, o movimento está na ordem do dia. As fronteiras entre o tecido urbano dos consumidores e aquele dos "consumidos" pela pobreza encontram-se mais tensionadas. Territórios cada vez mais demarcados pela posse de bens são correlatos ao aumento da angústia diante do vazio, colocado pela impossibilidade do consumo.

Nesse sentido, o ato de violência urbana pode ser pensado enquanto meio articulador de contato entre os sujeitos. A violência na condição de linguagem pode ser vista como medida encontrada pelo sujeito de fazer-se reconhecer pelo outro enquanto cidadão de direitos e sujeito de desejo. Então, a desterritorialização da violência é uma concepção do alcance ampliado dessas ações. Não há mais como nos restringirmos a localizar



focos de violência, pois nem sempre há delimitação geográfica prévia que condicione a ação violenta. Ela parece ter, enquanto fim, causar o horror pelo horror mesmo de causá-lo. A marca dessa violência desterritorializada

é desconectada de qualquer apelo. É um tipo de violência marcada pelo anonimato e pela pulverização.

Postas algumas reflexões, fica a certeza que esta abordagem não esgota a questão, tampouco apregoa formas e maneiras de "lidar" com as diferenças nos espaços de construção de subjetividades. Aponta para um caminho possível de problematização desta discussão. Minha intenção é tão somente fazer um exercício teórico que ajude a pensar em mais uma possibilidade de entendimento das imbricadas teias da subjetividade no mundo contemporâneo.

AS LEIS QUE GARANTEM A ACESSIBILIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: MITO OU REALIDADE?

Introdução

Vitimado por um acidente automobilístico, em janeiro de 1995, fiquei tetraplégico, necessitando do uso contínuo de cadeira de rodas. Além disso, tive o membro superior esquerdo amputado. O sofrimento físico que me foi imposto por um acidente de trânsito maximizou-se pelo sofrimento moral que me é imposto pela sociedade, fazendo de conta que não existem pessoas com deficiência. A vida torna-se mais sofrida quando tomamos consciência das belas, mas ineficazes, leis de proteção às pessoas com deficiência. Leis que não são fiscalizadas e não são cumpridas, soam ao meu ouvido como letras mortas.

Foi grande a luta que mantive para conseguir acesso possível e digno a todas as atividades relativas ao curso de Direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Caso que me custou dois anos de pedidos administrativos e judiciais, quarenta dias impossibilitado de assistir aulas, repressão e

discriminação de alguns colegas e professores, além da dor de sentir-me um excluído. Neste período só pensava: "muitos esquecem que, a qualquer momento, podem ficar deficientes físicos".

Segundo estimativas do Ministério da Saúde, "São 15 milhões de brasileiros portadores de deficiência física ou mental" (ISTO É, 03/07/1996, p.37), o que nos surpreende, pelo fato de que não há tanto alarde quanto a isso como o que presenciamos em relação a outras minorias, por exemplo, os sem-terra, índios, afro-descendentes. Os deficientes não conquistaram, ainda, sequer o direito de ir e vir. A arquitetura urbana é um labirinto de obstáculos, que os força a ficar em casa, remoendo solidão e abandono.

Acessibilidade é a palavra chave para a inclusão do deficiente. Nos transportes, nos estabelecimentos, nas ruas e nas avenidas. Sem isso fica difícil pensar em inclusão social. O transporte facilitado garante o direito ao trabalho, lazer, enfim, o direito de ir e vir. Para todas as pessoas este é um direito fundamental e garantido constitucionalmente. O que devemos fazer para garantir este direito? Impetrar um *habeas corpus* a cada ato de necessidade?

Este texto tem como objetivo principal aprofundar a questão, no concernente à legislação protetiva, porém ineficaz, esquecida, inválida ao demonstrar seu desuso, deixando ao desabrigo os direitos do cidadão com deficiência. Quero demonstrar às pessoas a existência de legislação e a importância do cumprimento destas leis. Abrir os olhos da sociedade para seu próprio descaso e o consequente descaso do poder público com este grupo de cidadãos. Não é possível imputar ao Estado toda a responsabilidade pelo descuido com as minorias. Ele é reflexo da própria sociedade brasileira, que tradicionalmente esconde seus problemas. A pessoa com deficiência é encarada como problema, como fracasso, fica escondida dos



olhos dos demais. Mudando este entendimento, mudaremos as ações do Estado. Isto é uma questão de educação, cada cidadão tem de ser agente da cidadania. Tenho autoridade para alertar e afirmar que qualquer pessoa que hoje se considera "normal", amanhã pode vir a ser uma pessoa com deficiência, como aconteceu comigo, pois não nasci assim.

O momento é apropriado, pois a sociedade está desperta, sensível às mudanças, e estamos vivendo a era da inclusão.

Deficiência, deficiente, incapaz

É fundamental começarmos com as definições dos termos acima, para assim termos bem claro, em nossas mentes, qual o significado correto de cada palavra, e aprender que a distinção existe. O Dicionário Houaiss dá o seguinte significado à palavra deficiente: "aquele que sofre ou é portador de algum tipo de deficiência" (2003, p.926) . O termo *deficientia* veio do latim para o nosso português, significando "insuficiência ou ausência de funcionamento de um órgão, ou, perda de valor; falha, fraqueza". As formas de deficiência podem estar além da definição formal, mas, independente de detalhes, todas elas, como previsão constitucional, estão protegidas. O professor Manoel Gonçalves Ferreira Filho (1975, p. 78) define deficiência como: "aqueles que por motivos físicos ou mentais se encontram em situação de inferioridade em relação aos demais".

A Lei federal nº. 7.853/89 criou uma classificação exemplificativa, não estando as demais formas de deficiência excluídas da proteção do Poder Público, legalmente falando. Essa lei também estabeleceu a política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência, que compreende o conjunto de orientações normativas que objetivam assegurar o pleno



exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência.

O art. 2º do decreto nº. 3.298, de 20 de dezembro de 1999, conceituou deficiência como "toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano".

A incapacidade é considerada como uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais, para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida.

Em 1973, nos Estados Unidos, o *rehabilitation act* definiu deficiente como alguém que sofre limitação substancial em uma atividade importante da vida. Um indivíduo pode se encontrar limitado substancialmente em uma atividade importante de sua vida de duas maneiras: (a) através de uma limitação real de uma atividade importante; (b) mediante uma limitação subjetiva e, de certo modo, imaginária - é visto como tendo tal limitação e, portanto, tratado, socialmente, como deficiente estereótipo. A título de exemplo poder-se-ia citar a obesidade.

Também é importante ressaltar que nem sempre o termo deficiente tem significado idêntico para a Medicina e para o Direito. O Direito cuida das conotações sociais e culturais do problema, deixando para a Medicina as manifestações patológicas. Assim, em alguns casos, o sujeito, ainda que considerado normal pela Medicina, pode ser merecedor de tutela legal.

Distinção entre deficiência e incapacidade jurídica

Deficiência e incapacidade jurídica não se confundem. Se é verdade que quase todo incapaz por problema de saúde cabe na definição de deficiente, apenas uma pequena parte do grupo dos deficientes pode ser incluída na categoria dos incapazes. Segundo o Código Civil Brasileiro (2007, p.229), incapaz é aquele que não tem controle sobre a expressão de sua vontade. Deficiente, deficiência, já tem relação com limitação física ou mental, mas a grande maioria está apta a expressar sua vontade, a exercer seus direitos e decidir sobre sua vida. Apenas uma pequena parte dos deficientes ou das pessoas portadoras de necessidades especiais é incapaz, e não consegue expressar sua vontade. O termo "pessoa deficiente" passou a significar, de acordo com a Declaração dos Direitos da Pessoa Deficiente, aprovada pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, qualquer pessoa incapaz de assegurar por si própria, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em razão de *deficiência* em suas capacidades físicas ou mentais, congênitas ou não.

Integrar ou deixar à margem da sociedade o cidadão

"diferente"?

A proteção que leva o cidadão a fazer parte integral da sociedade, não se restringe apenas a medidas destinadas diretamente à pessoa com deficiência. É indispensável que se ampliem as medidas sócio-educativas,



dirigindo-as à população em geral, que deve receber o indivíduo como um cidadão inserido no contexto social, sem expressar, ainda que indiretamente, qualquer forma de discriminação. Essa proteção, verdadeira significação da expressão, não alcança parte dos seiscentos milhões de indivíduos com deficiência no mundo. A política buscada pelas nações deve ser a de instaurar um ambiente de oportunidades para a pessoa com deficiência, permitindo sua ampla inclusão na sociedade.

No século passado, o desenvolvimento da idéia dos direitos da personalidade dentro do progresso científico, cultural e social, demonstrou a importância da preservação de cada vida, cada ser vivente, e o papel do Estado na proteção dos direitos de todas as pessoas, sem diferenciá-las. A deficiência deve passar a ser encarada como normal pela sociedade, valorizando-se a pessoa com deficiência como indivíduo e cidadão que é, com todas as prerrogativas inerentes à cidadania. Estatisticamente, pelo menos dez por cento (10%) de indivíduos em qualquer sociedade nascem ou adquirem uma deficiência. Aproximadamente uma em quatro famílias possui uma pessoa com deficiência.

A proteção do Estado ao indivíduo precisa seguir uma linha real, baseada em direitos humanos dirigidos à manutenção da dignidade humana, impedindo a discriminação e permitindo acesso a uma vida digna e feliz. Tão importante é o progresso científico quanto o progresso humano, ou seja, o entendimento de que nascer com diferenças, ou adquiri-las no decorrer da vida, não significa ser menos importante que os demais. O século passado demonstrou a possibilidade de integrar a pessoa com deficiência. O desafio é dar a cada indivíduo condições de participar satisfatoriamente do meio em que vive.

A idéia de integração, contudo, deve ser vista de maneira prática e



viável, permitindo não só a criação legal de um direito, mas a sua efetiva aplicação e aproveitamento por parte do interessado. Exemplificando, a criação da lei que garantiu o "passe livre" foi de grande importância, porém, em muitos casos, há a necessidade de veículos adaptados para permitir o acesso das pessoas com deficiência. Não adianta tampouco, por exemplo, o Poder Público rebaixar meio-fio ou fazer calçadas transitáveis, se a iniciativa privada não fizer a sua parte, mantendo escadas nos restaurantes e até nos consultórios médicos. Ou seja, algumas medidas, por si só são insuficientes. Há que existir eficácia fática na lei. É essencial que os efeitos práticos sejam, desde o início, levados em consideração.

Possibilitar a integração social da pessoa com deficiência não é apenas um movimento regionalizado, mas algo de caráter global. A evolução da tecnologia, com meios como a internet, permite ao indivíduo acessar diversos serviços que facilitam sobremaneira sua vida. Novas ideias, produtos e serviços ganham uma ampla divulgação com extrema rapidez. Há que se promover a divulgação de que a pessoa com deficiência é um cidadão e como tal tem de ser tratado. Não pode ficar à margem dos movimentos sociais.

Na cidade de Londres, em setembro de 1999, foi elaborada Carta, aprovada pela Assembleia Geral da "Rehabilitation International", na qual é reconhecida a necessidade de integração, eliminando-se todos os tipos de barreiras, desde aquelas mais antigas, como a discriminação. Este documento é um dos mais importantes existentes no mundo no sentido de integrar a pessoa com deficiência, não só legalmente, com a criação de leis que garantam determinados direitos, mas com efetiva aplicação de tais direitos, lembrando ainda a importância de colocar a prevenção com merecido destaque.



PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIAS E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Direitos das pessoas com deficiência na Constituição Federal – Isonomia

A atual Constituição Federal prevê garantias, a exemplo de documentos internacionais e mesmo de legislação anterior à sua promulgação, visando à garantia de direitos humanos fundamentais e a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência. No Brasil, as normas que definem direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata, independentemente de norma regulamentadora. Até a Carta de 1967/1969, não havia uma preocupação específica do Legislador constitucional com a pessoa com deficiência. Foi a Emenda Constitucional nº. 12, de 17.10.78, que assegurou as primeiras garantias. Na Constituição vigente, inúmeros dispositivos esparsos foram dedicados à sua proteção (Arts. 37, VIII, e 227. §§ 2º); outrossim, sobreveio a Lei nº. 7.853 de 24.10.89, que dispôs sobre as normas de proteção às pessoas com deficiência. Ao exame deste quadro, verificamos que nossa legislação a respeito, ressalva feita até certo ponto à Lei nº. 7.853/89, é fragmentária e falha, inexistindo uma disciplina harmônica a respeito da matéria.

O Estado busca a realização de seus fins, já definidos na Constituição, com o objetivo único que é o bem comum, em última análise, o próprio homem. E ao se asseverar que no Estado Democrático, fundado na supremacia da



vontade popular, busca-se a igualdade de possibilidades, com liberdade, está se assegurando a expressão concreta de uma ordem social justa. A previsão da matéria em âmbito constitucional, ao menos dos princípios gerais, demonstra o intuito do legislador para com a proteção da pessoa com deficiência. O princípio da igualdade formal, adotado no *caput* da Constituição Federal de 1988, impede qualquer tipo de discriminação. Há igualdade de direitos, ressalvando-se os casos em que a desigualdade deve ser assim considerada, tratando-se os desiguais desigualmente. No *caput* do art. 5º inexistente essa "ressalva" de tratamento desigual dos desiguais. Uma tal ressalva desse dispositivo somente pode ser obtida não mais literalmente, mas sim por meio de uma construção teleológica (estaria pressuposta à igualdade formal uma preexistente igualdade material), ou simplesmente por meio de derrogação desse princípio geral de igualdade formal do art. 5º, via normas especiais e esparsas na Constituição Federal (por exemplo, o art. 37, VIII).

Além do princípio da isonomia, que garante o tratamento igual a todas as pessoas, a Constituição Federal contém outros dispositivos de relevância em relação à pessoa com deficiência. O art. 7º inc. XXXI garante a equidade salarial e a igualdade nos critérios de contratação para as pessoas com deficiência. Fica proibida qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador com deficiência. No caso de concurso público, a Administração Pública direta e indireta de quaisquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios reservará um percentual dos cargos e empregos para as pessoas com deficiência, e definirá os critérios de sua admissão (art. 37, inc. VIII). A Constituição Federal, no art. 203 incs. 4º e 5º, dispõe que a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos a habilitação e a reabilitação, a promoção e integração à vida comunitária, e a garantia de um salário mínimo de benefício mensal ao



portador de deficiência e ao idoso que comprovar não possuir meios de prover a própria manutenção, ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

O Estado deve promover, segundo o art. 227, §§ 1º e 2º da Constituição Federal de 1988, programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades não governamentais e obedecendo aos seguintes preceitos: (a) criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoa com deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente com deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos; (b) a lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas com deficiência.

O direito à vida é garantia fundamental, amparada expressamente pelo art. 5º, *caput*, da Constituição Federal, aplicando-se também o art. 203, inc. IV, que estabelece o direito à habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência. O dever do Estado com a educação será efetivado, na forma do art. 208, inc. III da Constituição Federal de 1988, mediante a garantia de atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente, na rede regular de ensino. Quanto maior a inclusão, melhor será o desenvolvimento educacional da pessoa com deficiência.

Sobre a garantia à educação, foram editadas, dentre outras, as Leis nº. 9.131, de 24 de novembro de 1995, nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e o decreto nº. 2.306, de 19 de agosto de 1997, este último regulamentado pela portaria nº. 1.679, de 2 de dezembro de 1999, que dispõe sobre requisitos

de acessibilidade de pessoas com deficiência para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições, considerando a necessidade de assegurar às pessoas com deficiência física e sensorial, condições básicas de acesso ao ensino, de mobilidade e de utilização de equipamentos e instalações das instituições de ensino.

É muito grande a importância da educação na vida da pessoa com deficiência. Ilustrarei melhor com minha experiência própria. Na Faculdade de Direito que frequentei, realizava as provas oralmente. Enquanto meus colegas faziam suas prova lendo, escrevendo, pensando, eu sentava junto à professora e respondia oralmente as questões. Parece simples, mas não é. Nem simples e nem igual aos demais. Eu ficava na "vitrine", dependendo da visão que cada professor trazia sobre minha condição física: alguns me viam como gente, outros como um empecilho. Uns demonstravam paciência e atenção, outros deixavam claro que eu os incomodava.

Minha turma era muito numerosa e, em um teste final, a professora decidiu aplicá-lo em uma ampla sala, chamada jocosamente de "Maracanã", pois assim ela poderia distribuir melhor os alunos. O detalhe é que essa sala situava-se no segundo andar e ainda não existia acesso para mim. A professora pediu que eu aguardasse: 'Gilberto, distribuirei as provas, peço para alguém cuidar e desço para a gente conversar, ok?' O horário da prova era das 20h40min às 22h. Resultado: esperei até às 22h e nada. Ela esquecera de mim. Fui embora sem realizar a prova. Fiquei chateado porque tinha me preparado psicologicamente para fazer aquele teste, estava ansioso e continuei ansioso. O sentimento que tomou conta de mim foi de que fiquei "plantado" num canto, dentro de uma Faculdade de Direito, para fazer uma prova sobre normas jurídicas, levando comigo a certeza de que elas existem sim, mas não são levadas a sério.



Tudo foi difícil. A cada prova, eu tinha de lembrar a professora que ela precisava de tempo para marcar data especial. Ela, sem saber, demonstrou a dificuldade pessoal de lidar com um aluno como eu. Sei que ela não agia deliberadamente, porém fazia eu me sentir como uma sobra dentro da Faculdade, como alguém que atrapalhava o andar "normal" das atividades. Por sua vez, o prédio, antigo e com escadas íngremes, não obedecia a nenhuma legislação atual para prédios públicos. O acesso para pessoas com deficiência e portadores de necessidades especiais - incluindo-se aí gestantes, usuários de muletas, anciãos - não existia, mas quem incomodava era eu.

De minha parte, só depois de ficar lesado medular é que passei a observar a arquitetura das casas, enfim, de qualquer tipo de construção - e cerca de 90% delas não oferecem acesso para os portadores de cadeiras de rodas. Quando se consegue entrar em um prédio, não se consegue ir aos banheiros, e por aí vai. Acho incrível as pessoas ainda não observarem este detalhe, é tão simples, ainda mais quando já faz parte do projeto de novas construções. O mais difícil é criar adaptações em obras já prontas. Outra coisa importante é sinalizar bem os acessos para que não sejam bloqueados. É importante que essas adaptações venham seguidas de uma campanha de conscientização, pois rampas espalhadas pelas quadras de uma cidade são, no Brasil, algo novo. Acredito que as pessoas que bloqueiam uma rampa com o carro nem saibam da existência dela ali. Elas são muito mal sinalizadas. Infelizmente, no Brasil, as leis existem, mas não há fiscalização eficaz para seu cumprimento. Somos nós, o povo, que decidimos quais leis vamos respeitar e quais não vamos.

Moro na Praia do Laranjal, bairro da cidade de Pelotas/RS. Aqui existe um pequeno shopping na beira da praia. Quando mudei para cá, em 1998, conversei com o pessoal encarregado da sua administração, e, como



resultado, foram construídas seis rampas ao redor do mesmo, todas pintadas de amarelo e devidamente sinalizadas. Mesmo assim, por inúmeras vezes cheguei ao local e as referidas rampas estavam obstruídas por motos, automóveis, carrocinhas de pipoca, etc. Lembro de um diálogo com um policial militar: "Boa noite! Me diz uma coisa, é proibido estacionar em frente ao meio-fio rebaixado?", perguntei. "Sim, é", ele respondeu. A seguir, perguntei se quem estaciona está sujeito à multa; ele respondeu que sim, mas não multou o carro, alegando: "Pode ser que o dono apareça e retire o automóvel, se quiseres te ajudo a subir na calçada".

O pensamento geral, vê-se bem, é: "porque este aleijado não vai para casa, é só um [...]". Não pedi ajuda para subir a alta calçada, queria fazer valer a lei. Em todo lugar é assim: "Podes vir, não temos acesso, mas damos um jeitinho". Sim, dão um jeitinho de estragar a cadeira da gente, de rasgar nossas roupas, de derrubar a gente no chão! Nós não queremos ser ajudados, queremos o acesso para circular livremente e, assim, nos sentirmos o menos limitados possível. Creio que uma campanha publicitária daria certo. No entanto, o essencial é que a legislação respectiva seja efetivada e respeitada.

No bairro do Laranjal não existe mais nenhuma placa de sinalização nas rampas, muito menos rampas desbloqueadas. Às vezes desanimo, pois as dificuldades são muitas. Contudo, o que mais me entristece é que ninguém enxerga que essas melhorias são para todos, e não só para quem possui algum tipo de necessidade especial. Em 1994, eu estava em Porto Alegre, nadando no Campeonato Estadual de Natação, e, em 1995, estava em uma cadeira de rodas. Será tão difícil entender que ontem fui eu quem de um minuto para outro ficou deficiente, e, amanhã, pode ser qualquer outro?

O maior exemplo de descumprimento, de menosprezo e pouco caso às leis da Constituição Federal, eu tive quando retornei para a Faculdade no



ano 2000. De 1995 a 2000 fiquei sem estudar, pois não tinha condições físicas e psicológicas para tanto. Obtive a transferência da Universidade Luterana do Brasil/Canoas (ULBRA) para a Universidade Federal de Pelotas (UFPe). Quando iniciei o primeiro semestre de 2000, o prédio da Faculdade de Direito da UFPe estava no final de uma reforma geral. Assim, todas as turmas foram transferidas para um antigo prédio do Banco do Brasil, todo térreo, plano. Antes do fim do segundo semestre do ano 2000, as aulas voltaram a ser ministradas no tradicional prédio da Faculdade de Direito. Lembro da Diretora do Curso de Direito na minha sala de aula: "Alunos do Direito, semana que vem retornaremos ao nosso prédio. Gilberto, preciso falar contigo, tua entrada na faculdade será pelo ex-prédio do Serviço de Assistência Judiciária (SAJ). Este prédio possui ligação com o do Direito, os funcionários do Campus providenciaram umas rampas de madeira para teu acesso. Ainda em outubro deste ano será iniciada a segunda etapa da reforma, quando será demolido o antigo prédio da assistência e construído um prédio novo, com rampa e elevador, certo?"

O prédio da Faculdade de Direito da UFPe possui uma enorme escadaria no acesso principal e não possuía elevador para o segundo andar, onde estão a Secretaria, o Colegiado, parte das salas de aula e, ainda, o Salão de Atos. Em setembro do ano 2000, as aulas recomeçaram no prédio oficial. Lembro da minha rotina para chegar até a sala de aula. Após estacionar o carro, meu secretário se dirigia ao *hall* de entrada onde se encontrava o zelador. Pedia para ele abrir a porta do prédio abandonado, que ficava a uma quadra de distância do acesso principal. Enquanto isso, nós esperávamos do lado de fora. Após abrir duas portas emperradas, era preciso instalar três rampas de madeira para chegar até a sala de aula. Na hora de ir embora, o mesmo procedimento. Quando precisava tirar fotocópia ou simplesmente sair no intervalo, o mesmo procedimento. Sem contar as



palestras, seminários, congressos, aulas inaugurais e semanas acadêmicas que ocorriam no Salão de Atos, segundo andar, dos quais eu não podia participar, não esquecendo da Secretaria, sem acesso, local onde eu tinha que pedir a alguém para ir em meu lugar para tratar de assuntos do meu interesse.

O tal prédio por onde eu entrava não possuía luz, mas muitas goteiras, ratos e baratas. No início nem me importava, queria era assistir às aulas e, além disso, as reformas logo começariam me proporcionando um acesso digno. O prazo se esgotou e nada aconteceu. Procurei a diretora do curso e ela disse: "Gilberto, estamos do mesmo lado, me pressione para eu poder pressionar". Em 2000, protocolei meu primeiro requerimento do qual exponho aqui um pequeno trecho:

[...] não me cabe discutir a recente recuperação do prédio onde funciona o Curso de Direito. Assalta-me, entretanto, a indagação da efetivação de reformas num prédio, em pleno século XXI, sem levar em conta as Leis Federais, Estaduais e Municipais em vigor, relaciona-das às pessoas com deficiência. Temos normas da ABNT para edificações. Tais normas são letras mortas?

Como num prédio sem condições legais pode funcionar um Curso Universitário? Afinal, se todos são iguais perante a Lei, se sou um cidadão com deveres e direitos, por que sou excluído de frequentar o Curso de Direito em igualdade de condições com os demais? Por que tenho de esperar meia hora até localizarem um funcionário para poder entrar por uma porta em meio à escureidão, entulhos, lixo e ratos? Por que não posso entrar pela porta da frente como os demais? Por que não me é possível assistir palestras? Por quê, por quê, por quê?

São muitos os empecilhos impostos pela sociedade e pela legislação bela e ineficaz. No próprio Curso de Direito aprende-se que as Leis existem e não são cumpridas.



O sofrimento físico me foi imposto por um acidente de trânsito e o sofrimento moral me é imposto pela sociedade que faz de conta que não existem pessoas com deficiência. Muitos esquecem que, a qualquer momento, podem se tornar pessoas com deficiência.

Este pleito é de igualdade, não há aqui busca de melhores condições detidas pelos demais.

Ante o exposto, requeiro a Vossa Excelência, providências imediatas para o cumprimento da legislação vigente, conforme antes exposto, com acesso possível e digno a todas as atividades relativas ao Curso de Direito, não só para mim, mas também para todos aqueles que, embora pessoas com deficiência, busquem a integração social para serem úteis a este País [...].

O ano de 2001 chegou e fui procurado pela diretora do Curso. Ela falou que eu havia reivindicado meus direitos com muita propriedade, mas que a Universidade não se moveu para nada e ela sozinha não possuía recursos financeiros para executar tais adaptações. Mais uma vez tentei administrativamente uma solução. Meu segundo requerimento foi nestes termos:

[...] desde o ano 2000 ingresso no prédio do Curso de Direito pela porta do antigo prédio do Serviço de Assistência Judiciária, localizado na Rua Anchieta [...] como é de Vosso conhecimento, tal prédio encontra-se em obras. A porta fica trancada e ao chegar para assistir as aulas preciso ficar à espera, enquanto meu acompanhante sai à procura do funcionário que trabalha no turno da noite e detém a chave [...] para Vossa ciência, a entrada, por mim utilizada, fica alagada quando cho-ve, não possui luz, é invadida por baratas e ratos que transitam em meio aos detritos acumulados da obra em andamento e muito lixo [...] faz, portanto, um ano que busco condições que me são asseguradas pelas inúmeras leis que regem esta Nação e nada foi feito até agora [...].



Novamente fui procurado pela diretora, que me falou a mesma coisa: "Não tenho recursos, não tenho força [...]". E, de fato, não tinha mesmo. Ela dirigia o Curso de Direito, por óbvio, não era a responsável pelo prédio onde funcionavam as aulas. Como estava amparado pela lei, decidi então ingressar com uma ação na Justiça Federal contra a Universidade. O tempo passou e, no ano de 2002, meu pedido de tutela antecipada foi indeferido, porque a Justiça entendeu ser irreversível o meu pedido e não viu o perigo na demora. Disse que eu estava matriculado desde o ano 2000, frequentando as aulas e sendo aprovado.

No dia 13 de setembro de 2002, o prédio por onde eu entrava tinha sido interditado pela Vigilância Sanitária e a Secretaria de Urbanismo (SEURB). Eu não tinha mais acesso às aulas. Liguei para minha advogada e, no mesmo processo em tramitação na Justiça Federal, entramos com uma petição de reavaliação do pedido de tutela antecipada, devido ao fato novo. Agora existia o perigo na demora. Desta vez, o Juiz deferiu. Deu quinze dias para a Universidade me dar acesso às aulas, interditou o Salão de Atos, enquanto as pessoas com deficiência não possuíssem acesso a ele, e estabeleceu o prazo de dois meses para Universidade apresentar um plano de reforma definitiva e incluí-lo no orçamento da União. Finalmente, eu vi leis sendo cumpridas e meu acesso ao prédio onde estudava começando a se concretizar. No início, a Universidade pensou em transferir as aulas de minha turma para um prédio sem barreiras arquitetônicas. Sofri represálias dos alunos de outras turmas e de alguns professores. Foi um período difícil, de descobertas boas e ruins. O Centro Acadêmico organizou um abaixo-assinado e vários estudantes do Direito não quiseram assinar, alegando: "não vou assinar uma coisa para estragar a fachada do nosso prédio". Alguns professores não apoiaram minha causa, recusaram assinar o abaixo-assinado, alegando "que nosso prédio é histórico, não combina com elevador!". Parece



mentira, mas não é.

Após a decisão do Juiz, a Universidade construiu uma rampa de madeira em frente ao prédio, e isso ocorreu num prazo de cinco dias. Fiquei dois anos entrando pelo meio do lixo porque a Universidade não queria fazer uma rampa, que demorou apenas cinco dias para ser construída. A interdição do prédio por onde eu entrava e a rampa me custaram quarenta dias sem aula, mas hoje ela está lá e estou entrando pela porta da frente. O elevador também já foi instalado e eu já conheci o Salão de Atos. Hoje, outras pessoas com deficiência também estão usufruindo da rampa, até um professor que realizou uma cirurgia há pouco tempo faz uso dela. Sou feliz em saber que deixei um acesso para todos aqueles que não têm condições físicas de subir escadas. Mais feliz ainda porque, embora estudante de Direito, tetraplégico, consegui fazer valer algumas leis vigentes em meu país.

A Constituição Federal determina:

1. art. 7º, inc. XXXI – garante a igualdade de direito de trabalho; 2. art. 23, inc. II – estabelece a competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios no que diz respeito aos cuidados com a pessoa portadora de deficiência; 3. art. 24, inc. XIV – trata da proteção e integração social, estabelecendo competência concorrente para legislar da União, Estado e Distrito Federal; 4. art. 37, inc. VII – estabelece normas para admissão do portador de deficiência pelo Poder Público; 5. art. 203, inc. IV – estabelece Assistência Social, com o papel de promover a habilitação e reabilitação; 6. art. 203, inc. V – garante o benefício mensal equivalente a um salário mínimo; 7. art. 208 – estabelece o ensino especializado para o portador de necessidades especiais; 8. art. 227, § 1º - criação de programas especializados de assistência à saúde; 9. art. 227, § 2º - estabelece garantias de acessibilidade com relação à locomoção e acesso; 10. art. 244 – estabelece



garantias de acessibilidade, com a adaptação de logradouros, edifícios e veículos para transporte coletivo.

Integração das pessoas com deficiência

Além do preconceito expresso e ativo, existe aquele silencioso, traduzido pela exclusão causada, por exemplo, pela impossibilidade de acesso com a falta da adequação arquitetônica. Este tipo de exclusão é tão grave quanto qualquer outro. Eliminar os preconceitos é, também, permitir o acesso amplo aos meios de transporte, educação, lazer, atendimento médico, etc. No âmbito civil, impedir o acesso, ou dificultá-lo, quando teria de provê-lo, pode causar ao indivíduo dano material ou moral.

A inclusão da pessoa com deficiência deve observar, especialmente, sua adequação, praticidade, completude e particularidades. Assim, não adianta apenas instalar uma rampa, se as medidas não permitem que seja utilizada. De forma semelhante, a consciência em relação à pessoa com deficiência deve ser culturalmente colocada, naturalmente fazer parte dos indivíduos, para que ocorra uma ampla e efetiva integração.

Lei nº. 7.853, de 24 de outubro de 1989

A lei nº. 7.853/89 estabeleceu normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas com deficiência e sua efetiva integração social. Na aplicação e interpretação desta lei devem ser considerados os valores básicos da igualdade de tratamento e oportunidade, da justiça social, do respeito à dignidade da pessoa humana, do bem-estar e outros, indicados na Constituição ou justificados pelos princípios gerais de



direito.

Os dispositivos dessa lei visam a garantir às pessoas com deficiência as ações governamentais necessárias ao seu cumprimento e as demais disposições constitucionais e legais que lhes concernem, afastadas as discriminações e os preconceitos de qualquer espécie, e entendida a matéria como obrigação nacional a cargo do Poder Público e da sociedade.

As ações governamentais necessárias ao cumprimento da lei, de que fala seu próprio texto, não são apenas os atos praticados pelo Poder Público diretamente para beneficiar a pessoa com deficiência, mas a fiscalização de que a norma está sendo cumprida pelo particular. Assim, não é apenas atribuição do Poder Público construir rampas ou adaptar edifícios públicos, por exemplo, mas determinar e fiscalizar a adaptação dos edifícios privados.

Responsabilidades do Poder Público

Ao Poder Público e aos seus órgãos cabe assegurar às pessoas com deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos de educação, saúde, trabalho, lazer, previdência social, amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das Leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Decreto nº. 3.298, de 20 de dezembro de 1999

O Decreto nº. 3.298/99 regulamentou a Lei nº. 7.853/89. Nele definiu-se que a política nacional para a integração da pessoa com deficiência compreende o conjunto de orientações normativas que objetivam assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas com deficiência,



sendo atribuição dos órgãos e das entidades do Poder Público assegurar a elas educação, saúde, trabalho, desporto, turismo, lazer, previdência social, assistência social, transporte, edificação pública, habitação, cultura, amparo à infância e à maternidade, e outros direitos que, decorrentes da Constituição e das Leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Integração da pessoa com deficiência e o Processo Eleitoral

As pessoas com deficiência têm o direito de participar do processo eleitoral, como eleitor e como candidato, cabendo ao Poder Público prover os meios para que exerçam seu direito de votar e ser votado. Na prática, devem ser observados os princípios aplicados à acessibilidade, permitindo, basicamente, que alcancem a urna eleitoral. Para viabilizar a adequação do local de votação, determina-se que, durante um prazo estipulado, os eleitores com deficiência comuniquem ao juiz eleitoral, por escrito, suas restrições e necessidades. A indiferença e o preconceito também estão presentes no processo eleitoral. Atualmente discute-se sobre o voto facultativo para as pessoas com deficiência, alegando que a maioria dos locais de votação não oferece acesso. Esta é uma atitude discriminatória e exclusiva, porque a integração também se dá pelo direito de votar, escolher seus representantes e exercer a cidadania.

Além da previsão contida no Código Eleitoral, a Resolução nº. 19.849, do Tribunal Superior Eleitoral (editada em 29 de abril de 1997) garantiu a facilidade de acesso aos locais de votação, orientando-se os juízes eleitorais por intermédio dos Tribunais Regionais Eleitorais. Assim, cabe ao juiz providenciar as necessárias adaptações aos locais de votação. Vale ressaltar



que não existe a necessidade de grandes adaptações ou gastos, basta otimizar o acesso ao local de votação.

Inclusão social da pessoa com deficiência pela acessibilidade

O lazer, a educação e o trabalho são formas importantes de integração da pessoa com deficiência. Não é possível que ela participe da vida em sociedade se lhe é impedido o acesso até mesmo por barreiras arquitetônicas, elementos físicos. Além, é claro, das barreiras culturais, que provavelmente sejam as mais difíceis de se vencer. Geralmente, essas barreiras são de três tipos: 1) Físicas – por exemplo: degraus que impedem a entrada de usuários de cadeiras de rodas nos edifícios; elevadores sem controle em relevo e sinais audíveis para pessoas com deficiência visual; 2) Sistêmicas – relacionadas a políticas formais e informais, por exemplo, estabelecimentos de ensino que não oferecem serviços assistivos, tais como anotação de aulas para alunos que não conseguem fazê-lo, excluem esses alunos; 3) Atitudinais – em forma de preconceitos, estigmas e estereótipos sobre pessoas deficientes, por exemplo, o mito de que pessoas com deficiência têm péssima assiduidade no trabalho pode gerar comportamento discriminatório contra elas. Essas barreiras negam às pessoas deficientes a oportunidade de serem membros ativos e produtivos da sociedade. Por outro lado, as municipalidades têm capacidade para mudar este quadro situacional.

O preconceito atinge a pessoa com deficiência direta e indiretamente. O primeiro caso é aquele dirigido diretamente, não querer tocá-la, manter-se distante, etc. Há também outro tipo de preconceito, indireto, com efeitos tão ou mais graves. Deixar de construir uma rampa, por exemplo, pela



"agressão estética" ao local, é uma forma de preconceito grave, muito distante de qualquer ideia de dignidade do ser humano.

A Lei nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

Acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. A acessibilidade ao meio físico vem garantida por lei. A Constituição Federal de 1988, no seu artigo 227, parágrafo 2º, estabelece que a lei disporá sobre normas de construção de logradouros e dos edifícios de uso público, e da fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir o acesso adequado às pessoas com deficiência.

Circular pelas ruas da cidade é um desafio para pessoas com deficiência. Embora as vias públicas tenham passado por adaptações para facilitar a circulação de pessoas com deficiência, a situação deixa a desejar. Os exemplos de problemas são inúmeros. Destaco, por exemplo, o processo das adaptações nas agências bancárias. Em algumas foi colocada uma porta convencional ao lado da giratória, que fica trancada e é aberta quando o indivíduo se aproxima e solicita sua abertura. Lentamente as agências bancárias de Pelotas estão facilitando este acesso às suas dependências. São cada vez mais frequentes nas agências rampas, elevadores e portas laterais, para que cadeiras de rodas entrem sem grandes dificuldades.



Apesar das remodelações, porém, muitas agências ainda não cumprem integralmente a legislação, o que acaba por gerar algumas situações desagradáveis. Infelizmente, ainda não há um sistema eficiente de fiscalização na cidade.

Por todo o Brasil acontecem ações judiciais visando à inclusão. Assim, em Cuiabá, a juíza Dra. Helena Maria Bezerra Ramos proferiu sentença determinando que uma instituição bancária abrisse conta corrente para pessoa com deficiência visual, depois que o banco se recusou a fazê-lo.

No dia 2 de junho de 2004, um passo importante foi dado com o lançamento do Programa Nacional de Acessibilidade, no Plano Plurianual 2004/2007 do governo federal, o qual prevê a capacitação e a especialização de técnicos e agentes sociais em acessibilidade, campanhas educativas e fiscalização à obediência das leis. Este programa, lançado pelo Ministério das Cidades, pretende desenvolver ações para a garantia da acessibilidade nos sistemas de transporte e circulação de vias públicas para as pessoas com restrição de mobilidade – idosos, crianças, gestantes e obesos, além de pessoas com deficiência. No entanto, há que se reforçar para todos os segmentos da sociedade que a acessibilidade abrange uma dimensão muito maior do que a simples adaptação de espaços físicos.

A questão de suma importância neste Programa Nacional é o fato de o mesmo prever o desenvolvimento de ações com campanhas educativas. Somente programas e leis não garantem a efetiva acessibilidade. A fiscalização do cumprimento das leis só será eficaz quando a sociedade toda tiver a consciência da necessidade do cumprimento das mesmas. Neste momento, cada cidadão será um fiscal do cumprimento das leis de seu país. Em visita realizada à cidade de Munique, na Alemanha, deslumbrei-me com a atuação da população na aplicação das leis. Tive a oportunidade de assistir



moradores chamando a atenção de turistas que atiravam papel na rua. E o faziam com eficiência, falavam seu idioma nativo, e, se o turista não entendia, gesticulavam, demonstrando que o papel deveria ser colocado na lixeira. Lá, naquele momento, entendi o que desejo para meu país: a educação e conscientização do povo, fazendo com que cada um atue em prol de todos.

No Rio de Janeiro, o projeto de lei nº. 1440/2004 instituiu a "obrigatoriedade de todos os empreendimentos de interesse turístico nos municípios manterem adaptações e acessibilidade a idosos, pessoas com deficiência e demais no âmbito do Estado do Rio de Janeiro". Exemplo a ser seguido pelos Legislativos dos demais estados do Brasil.

Barreiras

Conforme a Lei federal nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000, barreira é qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação *com segurança* das pessoas. A mesma lei classifica as barreiras em: (a) Barreiras arquitetônicas urbanísticas – são aquelas existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público, tais como falta de rampas em guias altas, piso irregular ou esburacado etc; (b) Barreiras arquitetônicas na edificação – são as existentes no interior dos edifícios públicos e privados, tais como a falta de rampas para o acesso, falta de acesso a elevadores, impedimento geométricos para a circulação de pessoas com dificuldade de locomoção; (c) Barreiras arquitetônicas nos transportes – ou seja, aquelas existentes nos meios de transportes, como a falta de elevadores nos ônibus e a adequação geométrica nos pontos de ônibus; (d) Barreiras nas comunicações – qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio



dos meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, ou seja, inexistência de *closed caption* na maioria dos canais de televisão, impedindo o acesso do deficiente auditivo, e número reduzido de telefones públicos adaptados.

A dificuldade pode ser temporária ou permanente; ainda assim, a acessibilidade deve ser garantida sempre, pois deve permitir ao indivíduo, mesmo portador de dificuldade temporária (por exemplo, uso de cadeira de rodas em decorrência de dificuldade de locomoção resultante de membro inferior fraturado), o amplo acesso aos locais, como colocado pela lei.

Dos elementos de urbanização e do desenho do mobiliário urbano

Como elemento de urbanização a lei considera qualquer componente das obras de urbanização, tais como os referentes à pavimentação, saneamento, encanamento para esgotos, distribuição de energia elétrica, iluminação pública, abastecimento e distribuição de água, paisagismo, e os que materializam as indicações do planejamento urbanístico e mobiliário urbano, o conjunto de objetos existentes nas vias e espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos da urbanização ou da edificação, de forma que sua modificação ou traslado não provoque alterações substanciais nestes elementos, tais como, semáforos, postes de sinalização e similares, cabines telefônicas, fontes públicas, lixeiras, toldos, marquises, quiosques e quaisquer outros de natureza análoga.

O planejamento e a urbanização das vias públicas, dos parques e dos demais espaços de uso público, deverão ser concebidos e executados de



forma a torná-los acessíveis para as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, de acordo com a determinação legal. As vias públicas, os parques e os demais espaços de uso público existentes, assim como as respectivas instalações de serviços e mobiliários urbanos deverão ser adaptados, obedecendo-se à ordem de prioridade que vise à maior eficiência das modificações, no sentido de promover a ampla acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. O projeto e o traçado dos elementos de urbanização públicos e privados de uso comunitário, nestes compreendidos os itinerários e as passagens de pedestres, os percursos de entrada e de saída de veículos, as escadas e rampas, deverão observar os parâmetros estabelecidos pelas normas técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. As normas são: NBR – 9050 – Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos (em processo de revisão); NBR – 13994 (outubro de 1997) – Elevadores para transporte de pessoa portadora de deficiência; NBR – 14020 (dezembro de 1997) – Transporte – Acessibilidade à pessoa portadora de deficiência – Trem de longo percurso; NBR – 14021 (dezembro de 1997) – Transporte – Acessibilidade à pessoa portadora de deficiência – Trem metropolitano (Metrô); NBR – 14022 (dezembro de 1997) – Transporte – Acessibilidade à pessoa portadora de deficiência em ônibus e trolebus, para atendimento urbano e intermunicipal; NBR – 14273 – Acessibilidade da pessoa portadora de deficiência no transporte aéreo comercial.

No caso de rampas, em especial, deve-se observar que constituem recomendação para ligação e passagem de um pavimento para outro nas edificações, devendo ter largura mínima de 1,50m, declividade conforme tabela da ABNT, e patamares nivelados no início e no topo. Se as rampas mudarem de direção, deve haver patamares intermediários, destinados a



descanso e segurança. As rampas não podem ter o piso escorregadio e, obrigatoriamente, corrimão e guarda-corpo, não sendo permitida a abertura de portas sobre a rampa. A inclinação máxima, de acordo com a tabela da ABNT, é de 12,5%, em um segmento de rampa de 1,22m, com desnível máximo de 0,183m. Há outros padrões e medidas, sempre com valores menores de inclinação. A utilização de rampa de acesso de veículos para acesso de pessoas com deficiência é imprópria e causa risco de vida ao indivíduo. Ou seja, o condomínio responde em caso de acidente (por ato de empregado do imóvel ou edifício, agente de segurança, síndico). A pessoa com deficiência, entretanto, muitas vezes é obrigada a utilizá-la por ser o único meio para seu acesso. Neste caso, a responsabilidade em caso de acidentes e a obrigação de construir a rampa não desaparecem.

Questões estéticas não podem impedir o acesso da pessoa com deficiência no recinto, moradia, trabalho, etc. A própria Constituição Federal de nada valeria no caso de adotar-se esse entendimento. Ou seja, o responsável pela edificação, de alguma forma, deverá garantir o acesso pelos meios determinados em Lei ou norma da ABNT. Por outro lado, e de modo detalhado, a Constituição Federal de 1988, no seu art. 216, também manda que se proteja o patrimônio histórico-cultural. Em alguns casos, pode se tratar de conciliar princípios aparentemente conflitantes. Em Pelotas, por exemplo, a Lei nº. 4.803 acrescenta o inciso VI, no art. 5º. da Lei 4.568, de 07 de julho de 2000, que regula sobre a adaptação dos prédios tombados ao uso dos deficientes físicos.

Art. 1º - Acrescenta inciso VI no Art. 5º da Lei nº. 4.568, de 7 de julho de 2000, com a seguinte redação: "adaptação: a intervenção de natureza corretiva que consiste na adaptação dos prédios pertencentes ao Patrimônio Histórico Cultural de Pelotas para os deficientes físicos, inclusive nos prédios



tombados.”

Os banheiros de uso público, existentes ou a construir em parques, praças, jardins e espaços livres públicos, deverão ser acessíveis e dispor ao menos de um sanitário e de um lavatório que atendam às especificações das normas técnicas da ABNT.

Em todas as áreas de estacionamento de veículos, localizadas em vias ou em espaços públicos, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas com deficiência ou com dificuldade de locomoção.

Do desenho e localização do mobiliário urbano

O próprio espaço público deve adequar-se. Os elementos do mobiliário urbano deverão ser projetados e instalados em locais que permitam a sua utilização pelas pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Os semáforos para pedestres instalados nas vias públicas deverão estar equipados com mecanismo que emita sinal sonoro suave, intermitente e sem estridência, ou com mecanismo alternativo, que sirva de guia ou orientação para a travessia de pessoas com deficiência visual, se a intensidade do fluxo de veículos e a periculosidade da via determinam.

Da acessibilidade nos edifícios públicos ou de uso coletivo

A construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados, destinados ao uso coletivo, deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Assim, deverão ser observados, pelo menos, os seguintes requisitos de acessibilidade: (a) nas áreas externas ou internas da edificação, destinadas à garagem ou estacionamento de uso público, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas,



para veículos que transportem pessoas com deficiência e com dificuldade de locomoção temporária; (b) pelo menos um dos acessos ao interior da edificação deverá estar livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade de pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida; (c) pelo menos um dos itinerários que comuniquem horizontal e verticalmente todas as dependências e serviços do edifício, entre si e com o exterior, deverá conter os requisitos de acessibilidade determinados pela lei; (d) os edifícios deverão ter, pelo menos, um banheiro acessível ao uso de pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

***Acessibilidade nos locais de espetáculos,
conferências, aulas e outros de natureza similar***

Os locais de espetáculos, conferências, aulas e outros de natureza similar, deverão dispor de espaços reservados para pessoas que utilizem cadeira de rodas e de lugares específicos para pessoas com deficiência auditiva e visual, inclusive acompanhante, de acordo com a ABNT, de modo a facilitar-lhes as condições de acesso, circulação e comunicação. Os padrões criados pela ABNT estabelecem as normas técnicas, tais como medidas, posicionamento dos recintos, portas, etc. A obrigatoriedade de local reservado decorre de lei e é indispensável para o acesso da pessoa com deficiência. Importante ressaltar que não basta reservar o local, mas garantir que esteja nas proximidades de saída de incêndio, com visão adequada do espetáculo, show, palestra, e que haja atendimento adequado, em caso de haver serviço de alimentação, etc.

O acesso à cultura também deve ser garantido, de maneira a possibilitar à pessoa com deficiência a entrada, acesso e permanência aos locais de exposição e mostra. Nos casos de edificações antigas ou em edificações em que o acesso seja difícil, dentro do que for possível, dever-se-



á garantir o acesso. As edificações, sítios ou locais de difícil acesso devem ter planos para receber as pessoas com deficiência, avaliados os eventuais riscos envolvidos.

Os bens imóveis culturais abertos à visitação, de grande porte, poderiam ter acessibilidade garantida, por meio de rampas e/ou elevadores, desde que instalados de forma a não danificar os elementos que justificam sua preservação e devidamente aprovados pelos órgãos estatais preservacionistas. Os bens imóveis culturais abertos à visitação, de pequeno porte, cuja instalação de equipamentos de acessibilidade possam comprometer os elementos que justificam sua preservação, devem manter pessoal especialmente treinado para assistir à pessoa com deficiência.

Acessibilidade nos edifícios de uso privado

Os edifícios de uso privado, em que seja obrigatória a instalação de elevadores, deverão ser construídos tendo como requisito mínimo de acessibilidade o percurso acessível que una as unidades habitacionais com o exterior e com as dependências de uso comum, percurso acessível que una a edificação à via pública, às edificações, aos serviços anexos de uso comum e aos edifícios vizinhos. A cabine do elevador e respectiva porta de entrada devem ser acessíveis para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Os edifícios a serem construídos com mais de um pavimento, além do pavimento de acesso, à exceção das habitações unifamiliares e que não estejam obrigados à instalação de elevador, deverão dispor de especificações técnicas e de projeto que facilitem a instalação de um elevador adaptado, devendo os demais elementos de uso comum destes edifícios atender aos requisitos de acessibilidade. Caberá ao órgão federal responsável pela coordenação da política habitacional regulamentar a reserva de um percentual mínimo do total das habitações, conforme a característica da



população local, para o atendimento da demanda de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Sistemas de comunicação e sinalização

Cabe ao Poder Público eliminar as barreiras na comunicação, segundo a lei, e estabelecer mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas com deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer, implementando a formação de profissionais intérpretes de escrita em braille, linguagem de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa com deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação. Os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, adotarão plano de medidas técnicas com o objetivo de permitir o uso de linguagem de sinais ou outra subtítuloção, para garantir o direito de acesso à informação às pessoas com deficiência auditiva.

Ajudas técnicas

A norma passou a determinar que o Poder Público promova a supressão de barreiras urbanísticas, arquitetônicas, de transporte e de comunicação, mediante ajudas técnicas, que consistem no fornecimento e oferecimento de meios técnicos que contribuam para a diminuição ou eliminação das barreiras. O Poder Público, por meio dos organismos de apoio à pesquisa e das agências de financiamento, promoverá o desenvolvimento de programas destinados à promoção de pesquisas científicas voltadas ao tratamento e prevenção de deficientes, e ao desenvolvimento tecnológico orientado à produção de ajudas técnicas para as pessoas com deficiência, bem como à especialização de recursos humanos em acessibilidade.



Acessibilidade na Administração Pública Federal (Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999)

Os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal direta e indireta devem garantir a acessibilidade e a utilização dos bens e serviços, no âmbito de suas competências, à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas e obstáculos, bem como evitando a construção de novas barreiras. A construção, ampliação e reforma de edifícios, praças e equipamentos esportivos e de lazer, públicos e privados, destinados ao uso coletivo, deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis à pessoa com deficiência, ou com a mobilidade reduzida, e deverão ser observados alguns requisitos de acessibilidade, enumerados pela Lei.

Nas áreas externas ou internas da edificação, destinadas à garagem e ao estacionamento de uso público, serão reservados dois por cento do total das vagas à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, devidamente sinalizadas e com as especificações técnicas de desenho e traçado segundo as normas da ABNT. As bibliotecas, os museus, os locais de reuniões, conferências, aulas e outros ambientes de natureza similar, disporão de espaços reservados para pessoa que utilize cadeira de rodas e de lugares específicos para pessoa com deficiência auditiva e visual, inclusive acompanhante, de acordo com as normas técnicas da ABNT, de modo a facilitar-lhes as condições de acesso, circulação e comunicação.

Vagas em estacionamentos

Devem ser reservadas vagas de estacionamentos para veículos de pessoas com deficiência na seguinte proporção: 1) Privativo de 11 a 100 vagas – 1 vaga; 2) Privativo acima de 100 vagas – 1%; 3) Coletivo até 10



vagas – dispensado; 4) Coletivo de 11 a 100 vagas – 1 vaga; 5) Coletivo acima de 100 vagas – 3%.

As vagas perpendiculares, ou em ângulo em relação ao meio-fio, devem medir 3,50m de largura por 5,50m de comprimento. As vagas paralelas ao meio-fio serão acrescidas de 1,00m no comprimento e 0,25m na largura, para auxílio da manobra, e, ainda, deverá ser acrescentada uma faixa contígua ao comprimento da vaga de 1,20m de largura para acesso da pessoa com deficiência, e com guia rebaixada em toda sua extensão. O percurso da vaga, até a entrada do edifício ou espaço, deve ser livre de obstáculos. Havendo desníveis, estes devem ser vencidos por rampas, executadas com piso firme e estável. No caso de o acesso se dar pela via pública, deverá ser previsto o rebaixamento de guias por todo o trajeto, observada a inclinação transversal máxima da calçada de 2%, e desprovido de quaisquer desníveis abruptos ou degraus. As vagas devem ser demarcadas e sinalizadas horizontalmente e verticalmente com o Símbolo Internacional de acesso.

Entradas e saídas

Deve ser previsto, no mínimo, um acesso atendendo às condições de acessibilidade vinculadas à circulação principal e à emergência, resultando-se que qualquer desnível entre o logradouro público ou área externa, e o piso correspondente à soleira de ingresso da edificação, deverá ser vencido através de rampas ou equipamentos eletromecânicos especiais, podendo ocupar os recuos.

As portas ou vãos de passagem situados nas áreas comuns de circulação, no ingresso e saída das edificações e das unidades autônomas, terão largura livre de 0,80m em pelo menos uma das suas folhas. Suas características devem oferecer condições para que sejam abertas com um

único movimento, com maçaneta de manuseio ergonômico e, sempre que abram para fora, devem ser dotadas de barra horizontal na face interna.

As portas do tipo vai-e-vem devem ser dotadas de visor vertical; as portas de correr não podem permitir que os trilhos ou guias estejam acima da superfície do piso; as portas giratórias, catracas, portas com dispositivos eletrônicos, ou qualquer outro tipo de bloqueio, devem oferecer condições de acesso à pessoa com deficiência, ou deverá ser prevista outra opção de acesso localizada junto ao acesso principal da edificação devidamente sinalizado (LEI n. 12.821/99).

Circulação

Todos os pisos dos espaços de circulação e utilização adequados ao uso da pessoa com deficiência devem ter superfície regular, estável, firme e antiderrapante sob qualquer condição climática. As juntas e grelhas devem ser embutidas no piso, seus vãos não podem exceder 1,5cm, e, preferencialmente, posicionados transversalmente na direção do movimento. As edificações devem assegurar condições de acesso e circulação nas áreas coletivas com, no mínimo, 1,20m de largura, livre de obstáculos, ainda que estes sejam do tipo removíveis, como, por exemplo, lixeiras, bebedouros e mobiliários.

Instalações sanitárias

Os sanitários e vestiários adequados para o uso da pessoa com deficiência devem localizar-se em lugares acessíveis, próximos à circulação principal, e estar devidamente sinalizados, sendo, no mínimo, 5% do total de cada peça das instalações sanitárias adequadas ao uso da pessoa com deficiência, por sexo, com, pelo menos, uma peça de cada. Para que uma instalação sanitária seja considerada acessível, alguns parâmetros devem



ser observados, tais como, área de manobra, área de transferência e área de aproximação.

Conclusão

Não basta a idéia de inclusão, mas de maneira mais ampla, a aplicação de ações ou comportamentos positivos do Estado e dos particulares com o escopo de conceder oportunidades (acesso) semelhantes aos indivíduos socialmente discriminados, ou integrantes de grupos minoritários. A conscientização, a eliminação de preconceitos, e, até mesmo, a percepção das necessidades do próximo, não têm eficácia se somente impostas por lei, mas há necessidade de que se tornem enraizadas na cultura e educação de um povo.

Esta forma de integração tem sido observada no campo da educação, com a colocação de alunos com deficiência em classes comuns, juntamente com os demais alunos. Não há que separá-los, e sim integrá-los.

Ressalto que o ganho com a inclusão da pessoa com deficiência não é só do deficiente, mas maior é o proveito do não deficiente com o convívio. E isto porque, nós, seres humanos, temos de ter consciência das limitações que nos são impostas a todo o momento e de quanto a solidariedade tem o condão de modificar a vida.

É a percepção de integração entre os desiguais que diminuirá o preconceito e aumentará a inclusão social. Não há como pensar em inclusão social sem acessibilidade. E falar em acessibilidade não significa só aquela urbana, mas também, e muito em especial, a acessibilidade às emoções, à solidariedade, à abertura dos corações para todas as pessoas que habitam este planeta.



Arquitetura Acessível: uma reflexão sobre o espaço Construído

Com diferenças de grau e intensidade, as cidades brasileiras enfrentam problemáticas semelhantes. Tamanho, tipos de atividades desenvolvidas e região em que se inserem são elementos de diferenciação, porém, em todas elas, questões como desemprego, habitação, transporte, saúde, infraestrutura básica e educação são genéricas e revelam enormes carências (SANTOS, 1993). A somar aos problemas citados, as cidades, ao longo da história, produzem e reproduzem a exclusão social, pois não garantem a igualdade e individualidade a todos os seus cidadãos. As cidades caracterizam-se por transformações constantes e, por isso, são o reflexo da dinâmica do espaço urbano resultante dos processos físicos e sociais, conforme Soja (1989), que as identificam.

Historicamente, as cidades são palcos da luta entre as classes formadoras da sociedade (conforme Marx, 1987) e os processos sociais que fomentam as desigualdades estão vinculados à premissa básica da cidade capitalista. Então, a desigualdade existe e sempre existiu em nossa sociedade, seja ela natural ou física, e consiste nas diferenças de idade, saúde, forças

corporais e ainda das qualidades do espírito e da alma, ou aquela desigualdade moral ou política, que consiste nos diferentes privilégios para alguns em prejuízo dos demais (MARX, 1987).

Pretende-se, a partir dessa abordagem inicial, esclarecer que convivemos com as desigualdades e que as cidades foram planejadas para atender a uma sociedade "produtiva", onde os planejadores urbanos esqueceram-se por muito tempo dos idosos, das crianças, das gestantes, das pessoas deficientes, como se elas não fizessem parte das cidades. Portanto, "a cidade tem sido produzida dentro do padrão estético da funcionalidade e reprodução do capital, sendo construída de forma a adequar-se ergonomicamente aos padrões tradicionais de seus usuários" (MASSARI, 2007).

Para os profissionais de arquitetura e urbanismo, a igualdade deve começar pelo desenvolvimento de projetos arquitetônicos e urbanos voltados para a construção de uma cidade democrática, sem desigualdades, promotora de acessibilidade, e que garanta o direito de ir e vir de todas as pessoas com autonomia e independência, dando real sentido ao termo cidadania.

Acessibilidade significa a possibilidade de acesso das pessoas com deficiência² ou com mobilidade reduzida³ ao meio edificado público e privado, aos transportes e às tecnologias da informação e da comunicação, de modo a assegurar o exercício da cidadania através do acesso sem barreiras ao meio envolvente, onde os serviços, produtos e equipamentos estão

²Entende-se por uma pessoa com deficiência a que, em resultado da conjugação de uma anomalia ou perda das funções ou estrutura do corpo, incluindo as psicológicas, com o meio envolvente, enfrenta dificuldades específicas susceptíveis de lhe limitar a atividade ou restringir a participação na vida social, económica e cultural.

³Entende-se por uma pessoa com mobilidade reduzida aquela que, em função da idade, problemas de saúde momentâneos ou não, gravidez, enfrenta dificuldades específicas susceptíveis de lhe limitar a atividade ou restringir a participação na vida social, económica e cultural.

disponíveis. Isto é direito básico garantido pela Constituição Brasileira e que, hoje, passa a ganhar a merecida atenção dos envolvidos.

Delineando um percurso histórico, do ponto de vista de nossa época, é possível vislumbrar avanços graduais, porém lentos, na maneira como a sociedade encarou e trabalhou com a questão da deficiência:

[...] de forma bastante sintética, pode-se mapear o percurso dessa viagem seguindo uma linha mais ou menos clara: do extermínio à integração, passando por uma escala na segregação: da exposição das crianças gre-gas a tentativa de oferecimento de oportunidades iguais, passando pelo asilismo. Aos tropeços chegou-se à su-peração do primeiro impasse: vida/morte, emergindo uma mentalidade que suportou a deficiência. [...] é a fase áurea do assistencialismo, assentada em premis-sas de proteção e repulsa, solidamente plantada no terreno da caridade.

[...] embora essa fase intermediária não possa ser con-siderada como passado, o presente vê crescer e fortale-cer-se a mentalidade mais compatível com a ética mo-derna: integração e direitos iguais (ASSUMPÇÃO, 1987, p.12).

Beneficiando-se de toda uma reavaliação dos direitos humanos, que inclui a mulher, a criança, o idoso e o negro, a pessoa com deficiência começou a ser olhada realmente como pessoa, isenta de características ou adjetivos complementares ao indivíduo.

Nesse cenário, surge em 1975 o documento "Declaração do Direito das Pessoas Deficientes" resolução elaborada pela Organização das Nações Unidas (ONU), aprovada por sua Assembleia Geral e mundialmente enfatizada em 1981 – o Ano Internacional da Pessoa Deficiente (AIPD).



No Brasil, o final da década de 80 foi muito importante e significativo para a luta da cidadania. Muitos dos direitos defendidos pelos movimentos sociais consolidaram-se na Constituição de 1988, direitos esses regulamentados por leis e decretos complementares em nível federal, estadual e municipal, com o objetivo de garantir o desempenho da cidadania às pessoas com deficiência. Pode-se destacar o Decreto 3298 de 20 de dezembro de 1999, que dispõe sobre política nacional para a integração das pessoas deficientes; o Decreto 3956 de 8 de outubro de 2001, que promulga a convenção internacional para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas deficientes; a Lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade das pessoas deficientes ou com mobilidade reduzida. Essa atitude deu início a uma série de movimentações partidárias, de Organizações não governamentais (ONGs) e de empresas para o cumprimento deste último Decreto; afinal, nenhum projeto de natureza arquitetônica e urbanística, de comunicação e informação, de transporte coletivo, bem como a execução, construção ou reforma de qualquer tipo de obra, quando tenha destinação pública ou coletiva, terá permissão se não estiver cumprindo rigorosamente a legislação de acessibilidade. Nesse sentido, tem-se também as Normas Técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) que, através da Norma Técnica (NBR) nº 9050, estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaço e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade.

No entanto, o número significativo de leis e normas sobre a questão da acessibilidade urbana não garante que as cidades, de um modo geral, tenham em seus desenhos urbanos a universalidade da mobilidade de seus cidadãos. Sendo assim, diariamente é perceptível que, além das dificuldades



sob o aspecto da sociabilidade, as pessoas deficientes ou com mobilidade reduzida enfrentam barreiras arquitetônicas intransponíveis, como vias urbanas esburacadas, calçadas muito altas em relação à rua ou ainda irregulares, rampas com inclinação fora das normas estabelecidas, ou ausências dessas no meio público, vegetações inapropriadas nas calçadas, muitas vezes com raízes expostas, enfim, essas são algumas dentre outras situações que dificultam a vida de todos, pessoas deficientes ou não, inibindo o direito de ir e de vir assegurado nas leis. Nesse sentido, pode-se afirmar que

[...] as cidades se tornarão efetivamente democráticas para esse seguimento quando superar as barreiras urbanas, e todos os cidadãos, deficientes ou não, capacitados a participar ativa e igualitariamente das decisões coletivas [...] (MASSARI, 2007)⁴.

Os projetos urbanísticos e a produção do espaço construído devem estar caracterizados pela universalização do acesso à cidade. É função do planejador urbano promover igualdade em qualquer nível, combatendo a exclusão e discriminação, e, assim, capacitar a todos os cidadãos a participar ativa e igualitariamente da vida das cidades.

O cenário traçado demonstra a iminente necessidade dos profissionais da área de arquitetura e urbanismo desenvolverem seus projetos através do conceito da arquitetura inclusiva, na execução de pequenos e grandes empreendimentos de caráter público ou privado. A arquitetura inclusiva está fundamentada nos princípios do *Universal Design*⁵, preceito de projeto

⁴Documento Eletrônico.

⁵ Os princípios e as definições de design universal desenvolvidos pelo Centro de Design Universal, da Universidade Estatal da Carolina do Norte, EUA, constituem a base dos conceitos aqui expostos. O



amplamente difundido nos países desenvolvidos que objetiva simplificar a vida de todos, através do desenvolvimento de teorias, princípios e soluções com vista a possibilitar que todos utilizem, até onde lhes seja possível, as mesmas soluções físicas, quer trate-se de edifícios, áreas exteriores, meios de comunicação ou ainda de móveis e utensílios domésticos. Este conceito tem por alvo pessoas de todas as idades, estaturas e capacidades.

Desenho universal opõe-se, ideológica e politicamente, a todas as soluções especializadas, desnecessárias e estigmatizantes, quer se destinem a pessoas com incapacidade, ou a outros grupos da população. Tratamento e mérito iguais são seus conceitos-chave.

É importante destacar que motivos não faltam para pensar em acessibilidade como fator essencial nas políticas públicas, pois no Brasil, conforme o Censo de 2000 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 15% da população é portadora de algum tipo de deficiência, algo em torno de 25 milhões de pessoas. Os dados também apontam que até o ano de 2020, 15% da população brasileira estará na faixa dos 60 anos.

Esta realidade confirma a necessidade da inserção dos conceitos do *Universal Design* em todo o projeto arquitetônico ou urbano para que a cidade tenha condições de atender às necessidades de uma demanda social em crescimento constante. Então, fica claro que junto às pessoas deficientes temos as pessoas idosas como significativa parcela da população, e são elas os representantes expressivos das pessoas com mobilidade reduzida. Sabe-se que, apesar dos avanços da medicina e do desenvolvimento tecnológico, o processo de envelhecimento normal traz inúmeras dificuldades na realização das atividades cotidianas, das quais o acesso à própria residência

é o primeiro entre muitos problemas. Seja casa ou apartamento, não importa, é característica do brasileiro considerar a casa própria para a vida toda, visto que, na grande maioria dos casos, trata-se do bem de maior valor que adquirem durante a vida. Porém, apesar disto ser fato, o conceito tradicional de habitação não considera as alterações que podem ocorrer ao longo da vida das pessoas, de modo que os projetos habitacionais, tanto em empreendimentos destinados a classes sociais mais altas quanto os projetos de habitação popular, não abordam de forma sistemática o uso futuro dos moradores.

O envelhecimento da população, associado ao crescimento do déficit habitacional brasileiro, torna iminente uma reflexão da classe técnica no sentido de propor soluções adequadas, dignas e economicamente viáveis para as moradias, considerando o ciclo da vida dos usuários. Atualmente, as pessoas buscam praticidade, e a casa deve refletir essa condição através de espaços flexíveis facilmente adaptáveis às necessidades em constante mudança como, por exemplo, alteração da estrutura familiar, uma deficiência temporária ou permanente, limitação do usuário no ambiente construído, entre outras.

A partir desse conceito, os projetos de habitação devem caminhar em direção ao desenvolvimento de uma arquitetura universal, preocupada com o futuro e o bem-estar dos usuários, considerando as mudanças fisiológicas, físicas, sensoriais e psíquicas do homem no intuito de aumentar a sua autonomia e independência dentro do ambiente residencial. Assim,

Sobre esse aspecto, é importante considerar que a população brasileira, especialmente a de baixa renda, adquire um imóvel através de longos financiamentos, o que implica em baixa mobilidade residencial, demonstrando a necessidade da previsão de adaptação no projeto original. Moradias adaptáveis, inseridas no contexto sócio-econômico brasileiro, podem aumentar a satisfação, e, conseqüentemente, a qualidade de vida dos moradores, além de garantir, tanto para os projetistas, construtores, incorporadores, quanto para os produtores de materiais e serviços da construção civil, clientes satisfeitos, além de ótimos negócios imobiliários voltados para a inclusão social.

Os projetos residenciais fundamentados no conceito do *Universal Design* devem enfatizar o tema "casa para a vida toda", pois o partido arquitetônico deve garantir praticidade, segurança e utilização adequada em qualquer fase da vida dos moradores. O aspecto mais importante do conceito *universal design* aplicado em projeto é a flexibilização dos ambientes, através das possibilidades de adequação dos espaços. O acesso à residência, que, em geral, representa o primeiro obstáculo, deve ser livre de desníveis acentuados, minimizados por rampas suaves de 6% de inclinação.

Os ambientes, em geral, devem ser projetados com espaços suficientes para o manejo de cadeiras de rodas, através de plantas abertas, livres de barreiras e sem restrições visuais ou de mobilidade. Nas salas de estar e dormitórios onde o tempo de permanência é maior, é importante

prever janelas amplas, com sistemas de abertura simples e locados em pontos mais baixos da esquadria, além de peitoril mais baixo permitindo aos moradores apreciar a paisagem externa mesmo quando sentados ou deitados.

Os corredores devem ter no mínimo um metro (1,00m) de largura, o que permite a instalação de corrimão sem prejuízo à circulação, e as portas devem ser mais largas que as habituais, permitindo o acesso e manobras de cadeira de rodas, sendo mínimo de noventa centímetros (90cm) para as portas externas e oitenta centímetros (80cm) para as portas internas, inclusive nos banheiros.

As tubulações dos banheiros devem estar locadas conforme previsão de instalação de barras de apoio fixas tanto no *box* como ao lado do sanitário, além de ralo descentralizado do chuveiro e registro na entrada do *box* e não embaixo da queda de água, evitando que o usuário se queime com a água quente. Ainda no banheiro, o piso do *box* e do restante da área deve ter desnível de dois centímetros (2cm) em rampa, evitando barreiras de locomoção além de transbordamentos.

Na cozinha, a distribuição triangular da área de trabalho permite maior funcionalidade tanto para pessoas com limitação de mobilidade como para aquelas sem limitação. O fogão tradicional ou de bancada deve estar entre tampos a fim de dar maior apoio a objetos quentes, evitando assim acidentes. Os armários preferencialmente devem ter gavetas com altura entre trinta e oitenta centímetros (30cm e 80cm) do piso, para evitar esforço durante o uso. Já as prateleiras devem apresentar profundidade máxima de quarenta centímetros (40cm), facilitando o alcance e a visualização do interior do armário. Deve-se evitar sempre a utilização de armários aéreos, e por isso uma despensa anexa pode ser necessária. Nesta área, é importante prever



prateleiras reguláveis, o que permite atender às necessidades individuais.

Quanto a aspectos gerais de todo o ambiente residencial, pode-se destacar alguns itens importantes: os interruptores iluminados facilitam a visualização, mesmo na ausência de luz direta; as tomadas baixas, colocadas na medida padronizada de trinta centímetros (30cm) do piso, devem estar colocadas no mínimo a quarenta e cinco centímetros (45cm) do piso evitando que o morador tenha que se abaixar ou curvar-se para ligar equipamentos; a madeira laminada é um boa opção para revestimento de piso, pois facilita o uso de cadeira de rodas; nos banheiros, cozinha e lavanderia pisos antiderrapantes evitam escorregões e quedas quando há acúmulo de água. Essas são, entre outras, medidas simples de serem previstas nos projetos arquitetônicos residenciais que têm a adaptabilidade como foco. Essas alternativas de projeto podem ser transferidas para propostas de espaços de trabalho e lazer através da aplicação dos conceitos da arquitetura universal como instrumento de inclusão social.

Até então, foram abordadas questões da arquitetura como produtora de espaços onde o homem desenvolve suas atividades de moradia, trabalho e lazer. Essas estruturas edificadas, públicas ou privadas, juntamente com as áreas abertas, como praças, parques, ruas e avenidas, configuram o espaço urbano que caracteriza as cidades. A grande maioria das cidades não se apresenta acessível a todos seus usuários, visto que, como já foi mencionado anteriormente, é comum encontrar barreiras físicas que impendem o deslocamento seguro de muitas pessoas.

Nesse aspecto, é fundamental que os profissionais responsáveis pela produção do meio urbano tenham, no momento do desenvolvimento de seus projetos, a leitura da situação atual de suas cidades para que possam de forma consciente interagir e propor soluções no ambiente construído com

vistas à acessibilidade. Então, foi feita uma síntese dos itens que mais caracterizam o desenvolvimento de ambientes acessíveis em espaços urbanos e destaca-se inicialmente o tratamento dos itinerários de pedestres. Estes devem apresentar condições de acessibilidade de forma contínua, ao longo de todo o seu desenvolvimento, logo, as pavimentações precisam ser firmes, compactas, antiderrapantes e sem ressaltos.

É muito importante que as calçadas tenham largura adequada à sua densidade de utilização e que em nenhum caso tenham estreitamentos inferiores a noventa centímetros (90cm), permitindo a passagem de pessoas com bengalas, muletas, conduzindo carrinhos de bebês e usuários de cadeiras de rodas. Em ruas veiculares, com diferentes níveis entre rua e calçada, deve-se prever, junto às travessias de pedestres, rebaixamento da calçada ao leito da rua, através da execução de rampas com largura preferencialmente da faixa de pedestres ou no mínimo com um metro e vinte centímetros (1,20m).

Na existência de declividades longitudinais ao longo dos percursos, estas não deverão exceder 6% e em trechos de no máximo de quinze metros (15m) de comprimento. A inclinação máxima admitida em rampas é a de 12% e apenas em trechos com um metro e cinquenta centímetros (1,50m). Assim, por exemplo, nas rampas de pedestres em travessias de ruas de veículos, será permitida declividade maior do que a máxima estabelecida.

No caso específico das rampas, independente da inclinação, estas devem estar livres de obstáculos em toda a sua extensão e nas áreas de aproximação, como no encontro da rampa com a rua, o piso nivelado e sem ressaltos é essencial para garantir um deslocamento acessível a todos. É recomendável a utilização de piso tátil⁶ para facilitar a orientação e

advertência das pessoas com deficiência visual, visto que elas costumam guiar-se com auxílio de bastão e percebem as mudanças de ambientes através do contato com piso e paredes, por sua textura e relevo.

O piso tátil de alerta serve para sinalizar às pessoas cegas e/ou de baixa visão⁷, a presença de desníveis como escadas, rampas e outros obstáculos. É usado como referência para facilitar a orientação das pessoas e fornecer maior segurança e autonomia.

Integram-se às calçadas o mobiliário urbano⁸, indispensável para o funcionamento dos espaços públicos. Essas calçadas devem ser organizadas de modo a localizar-se todo o mobiliário em uma mesma faixa paralela ao sentido da calçada, deixando-se uma faixa livre para circulação de pedestres, de modo que esses elementos estejam preferencialmente localizados junto à parte externa da calçada, ficando a faixa livre de circulação das pessoas junto às edificações.

A disposição do equipamento de uso público deve ser planejada de forma integral, com atenção à sua acessibilidade, o que significa que todas as pessoas devem ter a possibilidade de uso e alcance dos equipamentos, inclusive aquelas com mobilidade e comunicação reduzidas. Simultaneamente, o profissional responsável pelo planejamento da cidade deve cuidar para que a própria disposição do mobiliário não o transforme em um obstáculo nas calçadas.

Nas malhas urbanas pré-existentes e já consolidadas da cidade, como em centros históricos e áreas de ocupação irregular, quando apresentam forte declividade, a questão de propostas de acessibilidade entra em choque

com a condição física existente. Projetos urbanos de modificação da declividade em vias de acesso consolidadas, além de alterar o entorno da área, acarretam grandes investimentos na realização de remodelações urbanas dificilmente justificáveis em face às inúmeras carências que o poder público enfrenta no contexto geral da administração das cidades.

Com vistas a essa realidade, pode-se recorrer ao traçado de itinerários com um nível de acessibilidade que permita o deslocamento de um pedestre com mobilidade reduzida, mediante o auxílio alternativo de uma ajuda técnica ou meio de transporte, de forma a garantir o acesso de ambulâncias, bombeiros, veículos particulares e oficiais, táxis e transporte coletivo, e também solucionar os desníveis através de projetos técnicos que incorporem elementos como elevadores, plataformas ou até mesmo, cadeiras elevatórias. Sabe-se que, nessas áreas, as soluções apresentadas têm caráter paliativo e que o problema de mobilidade apenas pode ser minimizado no momento do projeto urbano.

É importante destacar que os projetos urbanos devem prever locais para estacionamentos acessíveis e estes devem estar localizados próximos às esquinas e deverão representar 2% do número total de vagas, tanto em espaços de uso público quanto privado. Os lugares especiais para pessoas com deficiência devem ter dimensões mínimas de três metros e cinquenta centímetros por três metros e cinquenta centímetros (3,50m x 3,50m) e devem estar devidamente sinalizados na área de piso e verticalmente através de placas em locais visíveis.

Especialmente nos sítios históricos, nas áreas de preservação, deve-se procurar garantir a acessibilidade aos bens do patrimônio histórico, cultural e arquitetônico através do estudo de cada caso em particular, de modo que as soluções projetuais para a acessibilidade não comprometam a



autenticidade das áreas. Para isso, é fundamental a participação das instituições oficiais locais responsáveis pela preservação do patrimônio nos projetos de inclusão de todos os cidadãos às suas cidades. As áreas e os conjuntos patrimoniais, históricos e preservados, em termos práticos, só podem ser protegidos e valorizados se utilizados apropriadamente no presente. As modificações necessárias para a incorporação de iluminação, equipamentos, sinalização, dispositivos e redes técnicas não têm justificativa se não forem pensados conjuntamente com os requisitos da acessibilidade.

Pode-se dizer que são inúmeros os aspectos que envolvem as questões urbanas a serem abordados quanto à acessibilidade, porém, aqui, quis-se demonstrar a influência da arquitetura e urbanismo como construtores do espaço da cidade no desenvolvimento de edificações e áreas urbanas destinadas a todos os integrantes do meio urbano. Dessa maneira,

Uma cidade para ser acessível precisa atender às diferentes necessidades de diversos segmentos, facilitando a vida de todos os cidadãos. Os projetos urbanísticos e a produção do espaço construído devem ter como pressuposto a garantia da universalização do acesso à cidade, combatendo a exclusão e a discriminação em qualquer nível, dentro de uma visão humanizante e socializadora. (MASSARI, 2007)⁹.

Enfim, a arquitetura como processo de inclusão social é possível e viável, conforme aqui demonstrado, através do desenvolvimento de projetos fundamentados no conceito do acesso universal de todos os cidadãos à organização espacial que identifica e caracteriza as cidades. O processo de implantação e consolidação de um meio acessível implica na consideração de diversos critérios e parâmetros relacionados às características físicas da

cidade e também no comprometimento dos profissionais responsáveis pelo planejamento das cidades e de edificações, ao incorporarem em seus projetos as recomendações técnicas e legislações existentes quanto ao tema acessibilidade.

A aplicação das normas técnicas tende a ser de caráter voluntário, porém, pode ser sugerida ou imposta por órgãos do governo com autoridade legislativa ou reguladora. Uma norma técnica é estabelecida mediante o consenso de pessoas e instituições envolvidas com os temas abordados, o que representa a interpretação de um senso coletivo colocado como um instrumento legal e caracterizando-se como um suporte técnico apropriado para cada tema. Pode-se dizer que os profissionais envolvidos com a acessibilidade devem imediatamente absorver a ideia do desenho universal, elucidado nas normas que refletem em suas entrelinhas o desejo das pessoas por autonomia e independência no exercício da cidadania.

Além disso, existe outro elemento importante no pleito da acessibilidade completa: o comprometimento humano, que, através da participação política e da sociedade civil organizada, pode desenvolver na sociedade em geral a consciência do coletivo em detrimento do individualismo na conquista do direito de ir e vir dentro de nossas cidades.



O UNIVERSO SURDO VISTO DE FORA

Nossa sociedade hoje presencia um momento em que os direitos dos cidadãos são amplamente discutidos. No entanto, nota-se um grande movimento retórico paralelo ao movimento prático e mobilizador, que é um ponto importante a ser discutido quando se fala em "direitos". Realmente, é fácil abordar um tema sem ter conhecimento de causa, sem ter aproximação ou interesse com o assunto. Criar discursos em que valores são exultados, tendo como base a igualdade, a humanidade... Está escrito em nossa bandeira², mas é preciso ir mais além.

Minha primeira experiência com o tema "inclusão" surgiu há um ano, durante um trabalho da disciplina de Prática de Ensino do curso de Letras. Como o termo é bastante ramificado, optamos por abordar as práticas de ensino voltadas para o aluno surdo. Este tema foi escolhido porque, entre as colegas de grupo, nunca havia chegado nenhum tipo de informação a respeito da cultura surda. Consideramos o tema como assunto delicado. Gostaríamos de saber como se dava o acesso ao conteúdo intangível que a instituição escolar deve dispor, e que os alunos surdos, tanto quanto os ouvintes, os cadeirantes e demais jovens com necessidades educacionais especiais,

necessitam. Foram questionados temas pertinentes como o bilinguismo e o letramento; de que maneira as escolas públicas viam a inclusão e o acesso do aluno surdo; e de que maneira estavam preparados para recebê-los. Neste trabalho, verificamos que a inexistência de informação e de interesse social ainda é uma forte barreira para o universo surdo. Percebemos que não se pode dispor de inclusão social nas escolas públicas sem que seja ofertada a acessibilidade que a torne possível.

Apesar de amparada pela Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, que em seu artigo 4º diz que os sistemas educacionais, federais, estaduais e municipais devem garantir o acesso ao ensino de LIBRAS, somente em 2008 foi criada a primeira licenciatura de Letras LIBRAS, na Universidade Federal de Santa Catarina, com o intuito de formar profissionais especializados. Para os estudantes de Letras, a língua de sinais não deixa de ser – tecnicamente – um título, uma especialização que poderá abrir portas para a inserção ou permanência no mercado de trabalho, como ocorre nas demais línguas onde houver demanda.

Dessa maneira, movida mais pela curiosidade e pela inicial ausência de outras opções que instigassem meu interesse em realizar algum curso de extensão, me inscrevi em um cuja abordagem era justamente os fundamentos da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, na FAPA. O objetivo desse curso era apresentar para os estudantes de Letras e Pedagogia um pouco do universo surdo, suas particularidades sociais e a sua língua. O curso, contando com apenas vinte horas de duração, aos sábados, não permitiria a nenhum dos inscritos sair dali entendendo e se comunicando na nova língua. Seria um desafio.

Nosso primeiro dia de aula foi uma surpresa. Não conhecíamos a história da professora que ministraria o curso, e não imaginávamos que



teríamos a presença de um docente surdo, pelo fato do programa do curso ter um caráter expositivo-dialogado. Chegando lá, soubemos que a ministrante "oficial" do curso necessitava ir à Brasília resolver algumas questões pertinentes aos interesses surdos. Teríamos aula com uma professora surda e uma intérprete. A aula foi muito proveitosa e divertida, mas, sem o auxílio da intérprete, não saberíamos entender visualmente o que professora surda nos comunicava.

As semanas foram passando. Alguns alunos, assim como eu, sentiram despertar um interesse maior. Os demais, quando não desistiam, permaneciam apenas em função da completude da carga horária do curso. Fomos convidados a fazer uma visita à Associação de Surdos de Porto Alegre, e nossa penúltima aula seria sem intérprete. Com relação à aula, não tivemos problemas de comunicação, já que ela nos compreendia, fazia bom uso do quadro negro para se comunicar, além de dinâmicas que mostravam as "falhas" de comunicação que podem acontecer quando se sinaliza de maneira inadequada. Aliado a isso, o fato da professora ter certo grau de oralização facilitava muito, permitindo-nos "ler" seus lábios e compreender melhor as informações que ela queria transmitir.

A visita à Associação de Surdos de Porto Alegre me trouxe mais percepções a respeito daquela língua e daquele grupo que, para mim, assim como para muitos outros, está muito distante física e socialmente. Chegando ao local, o primeiro impacto: não encontrei nenhum colega de curso, nem mesmo a professora. Na entrada, precisava me identificar. Junto de mim havia alguns jovens que, percebendo que eu não era surda, sinalizaram entre si. Percebi que eles discretamente achavam graça daquela situação, sem que eu soubesse quais comentários faziam. Ainda na porta, um senhor sinalizou perguntando se eu era ouvinte. Como já sabia que naquele dia teriam a nossa visita, me deixou entrar, mas se não fosse assim, certamente



estaria em dificuldades. Pela primeira vez, naquele lugar eu me sentia diferente, eu estava em minoria.

O fato é que lá eu e meus colegas parecíamos estar em terra estrangeira. Não entendíamos ninguém. As pessoas logo viam que éramos ouvintes e nos cumprimentavam, mas não conseguíamos estabelecer um contato maior, pela imensa dificuldade que tínhamos com o idioma. Sem perceber, nos vimos todos agrupados – enquanto minoria ouvinte – num canto do salão. Estimulados pela professora, tentávamos nos comunicar, mas – novamente – a barreira da língua era algo que não conseguíamos transpor naquele momento.

Apesar dessa barreira idiomática, o clima de fraternidade tocou a todos. O que mais me surpreendeu foi o forte caráter social daquele grupo. Na Associação, as mais variadas pessoas se encontravam para praticar a sua língua, para conviver numa sociedade com interesses e necessidades comuns, sem preconceitos. Senti-me acolhida por aquelas pessoas, o que estimulou um interesse muito além do curricular e educacional.

Ao final do curso, tivemos a dimensão de que nossos poucos questionamentos até o momento não poderiam ser esclarecidos, pois à medida que fomos conhecendo a cultura surda, iam surgindo ainda mais perguntas, mais complexas. O caminho para que sejamos incluídos na cultura surda para mim ainda será longo e permeado de muito estudo e dedicação.

Este relato foi uma maneira que escolhi para expor o ponto de vista de alguém que, até então, desconhecia toda uma cultura. A partir do momento em que as cortinas deste "mundo novo" foram abertas, já não posso mais aceitar que uma pessoa "comum" como eu, por mera ignorância, desconheça o modo de viver dos cidadãos surdos. Estas pessoas vivem na mesma cidade,

possuem costumes semelhantes aos meus, e, em função do não funcionamento de seus aparelhos auditivos, convivem de forma paralela na sociedade. Durante minha curta experiência com os cidadãos surdos, vi o esforço que fazem, diante de suas limitações, para serem inseridos na cultura ouvinte. Dessa maneira, uma importante questão me vem à cabeça: se estas pessoas, ditas "deficientes", integram-se eficientemente ao nosso sistema cultural, porque nós, pessoas "normais", encontramos dificuldades para nos inserir na cultura deles?

Acredito que a experiência de não conseguir me comunicar com os surdos evidencia uma deficiência da minha parte, pois sendo capaz de ouvir, de falar e de aprender, noto que necessito apenas da centelha que acenda a fogueira da vontade. Não apenas aprender LIBRAS como um curso que me trará benefícios, mas sim, como um aprendizado que me proporcionará ir além do conhecimento.

Rampas em Montanhas

RAMPAS EM MONTANHAS

O mergulho

Seis de novembro de 1990. No meio da tarde de um dia muito quente, no quase verão de 91, um corpo despenca do sétimo andar de um edifício da rua Felicíssimo de Azevedo, em Porto Alegre. Resultado: além de múltiplas fraturas, o jovem de 17 anos sofre uma lesão na medula que impede a perfeita transmissão dos comandos do cérebro para os membros inferiores. Dois meses depois, ele é visitado em sua casa pelo neuro-cirurgião que o havia operado. No apartamento, cheio de familiares, reina a expectativa. O médico chega com a missão de informar ao paciente o que só ele ainda não sabe. Embora não consiga mexer as pernas, mal desconfia da gravidade da lesão. O doutor, aparentando tranquilidade e simpatia informa: "tuas chances de voltar a andar são nulas, mas é bem possível que possas ter filhos".

Não lembro exatamente o que lhe disse, só que o expulsei do quarto aos palavrões. Filhos? Quem aqui quer ter filhos? - pensei. Eu quero é jogar futebol, não me venha com prêmio de consolação. Ora, filhos... Logo, meus

parentes entraram no quarto, um por um, cheios de amor e palavras de esperança. Começava ali a longa jornada de um homem pela reconquista de sua autonomia.

O tema "portadores de deficiência" é bastante complexo. Ele se subdivide em várias categorias - as diferentes deficiências - e cada uma delas tem suas particularidades. Os cuidados que serviriam para tornar mais digna a vida de um deficiente auditivo, por exemplo, não são os mesmos de que necessita um cidadão que não tenha um membro ou possua uma doença mental. Este depoimento tem como foco a deficiência física, e, mais especificamente, a questão do *cadeirante*, termo bastante usado ultimamente para designar pessoas com lesão medular que usam cadeiras de rodas para se locomover. Não tenho a pretensão de ser o porta-voz de um grupo que é bastante heterogêneo, seja do ponto de vista social, cultural, ou mesmo psicológico. Quero apenas narrar algumas experiências pessoais que podem ajudar a entender as dificuldades enfrentadas, e, principalmente, as possibilidades de superação dos problemas de quem possui limitações físicas semelhantes à minha.

O que diferencia um ser humano que se abate frente aos problemas e se entrega a uma vida autodestrutiva de outro que decide lutar contra os limites impostos pelo destino? Antes de qualquer coisa, o apoio da família e dos amigos. É muito mais fácil erguer a cabeça, arregaçar as mangas e tocar em frente tendo ao redor pessoas dedicadas, amorosas e dispostas a qualquer sacrifício para ajudar. No entanto, a vida é cheia de exemplos de indivíduos que, mesmo tendo à sua volta todo o amor de que precisam para sentirem-se motivados, ainda assim sucumbem, alguns chegando mesmo ao recurso extremo e covarde – pela dor disseminada que gera - do suicídio. Há então outros fatores que ajudam a entender a variedade de comportamentos perante as situações dramáticas.



Sem aqui querer me aprofundar sobre os meandros da psicologia humana, não posso deixar de mencionar aquilo que, além do carinho familiar e do apoio dos amigos, explica todo o meu processo de reação: a fé em uma força maior que rege as nossas vidas e que, portanto, anula completamente a teoria do acaso, da fatalidade. Fui educado na doutrina espírita. Foi ela que me deu a força para retomar a caminhada – literalmente

– depois do acidente. Baseado nesta fé, sempre acreditei que voltaria a andar, hipótese cada vez mais perto de se concretizar graças aos avanços das experiências com células-tronco. Este breve comentário é para deixar claro que, não fosse a minha crença num Pai onipresente e justo, esta história teria possivelmente outro roteiro – o que não quer dizer que ateus, por exemplo, não possam reagir, inspirados por outras razões.

Recomeço

Os primeiros meses depois do acidente foram de muita fisioterapia. Tinha ainda uma forte esperança de que a medicina estivesse equivocada e eu pudesse recuperar os movimentos em um curto prazo. Minha vida social ficou limitada a esporádicas saídas com amigos em barzinhos perto de casa. Lia e escrevia muito. As dezenas de páginas de cadernos que preenchi foram muito importantes como desabafo, principalmente nas horas de angústia. Sentia uma espécie de culpa pela tristeza que causava à minha família, por me verem daquela maneira e não poderem fazer nada para reverter a situação. A rotina de muitos familiares passou a girar ao meu redor. Tiveram de abrir mão de muitas coisas, inclusive financeiramente, para me proporcionarem o maior conforto e carinho possíveis. Tias, tios, mãe, irmãos, de uma hora para outra se transformaram em meus enfermeiros. Até uma cama de hospital foi comprada e passou a dominar o espaço do meu quarto.



Não era o caso de me sentir um fardo, até porque tudo o que faziam era por amor e não por obrigação, mas eu me impunha o dever de estar sempre feliz, de não transparecer a tristeza que sentia, para que não sofressem mais ainda. Sabia que choravam na minha ausência, mas junto a mim estavam sempre fortes, dispostos a tudo para tornar a minha vida o mais normal possível. Então, eu fazia o mesmo. É possível que, de tanto me esforçar para parecer bem, eu tenha realmente encontrado uma ótima maneira de superar a melancolia. No entanto, quando estava só, especialmente tarde da noite, socorria-me de uma caneta e um papel para depositar as minhas aflições e o medo do futuro totalmente incerto que se apresentava. Na música *Aquarela*, de Vinícius e Toquinho, há um verso segundo o qual o futuro "*sem pedir licença muda a nossa vida e depois convida a rir ou chorar*". Eu e todos os que gravitavam à minha volta fomos convidados a chorar, mas decidimos que era preciso rir. Devo a eles muito de cada uma das vitórias que se seguiram.

É possível que nesse meu comportamento sempre "pra cima" houvesse também um pouco de orgulho, de não querer ser digno de pena, de dizer "tá tudo bem, foi só uma bobeadinha, mas logo tudo vai voltar ao normal". Sempre tive a certeza de que voltaria a andar, e, portanto, não queria ser depositário de piedade. Procurava ver o problema como uma doença um pouco mais forte que um resfriado, talvez. Depois, ficaria de novo são e o barco seguiria em frente. "Não me olhem com olhos de compaixão", pensava. Todavia, com o passar dos meses, fui me dando conta de que o negócio era bem mais sério do que um simples resfriado.



Ler doce lar

Seguidamente os amigos me convidavam para sair, mas eu me sentia como se não fosse mais um deles. A verdade é que enfraquecia fora de casa. No meu quarto eu era poderoso, cercado de livros, filmes, discos, de todos os mimos que um ser amado pode ter - das refeições na cama até as mais variadas encomendas de quem chegava da rua. Lembrava-me a época de criança, quando não podia ir à escola por estar com dor de barriga ou gripado, e era tratado com todo o zelo por minha mãe. Contudo, fora dali me sentia desprotegido. Todos olhavam impressionados para aquele jovem em uma cadeira de rodas, e seus olhares me atingiam de uma maneira bastante desagradável. Parecia-me ler em suas mentes: "coitadinho, tão novo e já entrevado para o resto da vida". Tinha vergonha. Não queria que sentissem pena ou que me considerassem um doente. Por isso, gostava tanto de sair de carro com os amigos. Em um automóvel, eu podia olhar o mundo sem ser notado, sem ser o centro das atenções. Durante os primeiros meses, talvez os primeiros dois anos, minha vida social ficou reduzida a estas saídas perto de casa ou aos passeios de carro. No entanto, com o tempo, fui passando a me sentir mais à vontade. Até que, um dia, resolvi ir a um show.

Sempre fui apaixonado por música, e, durante os primeiros anos depois de meu acidente, alguns artistas que admirava tocaram em Porto Alegre, mas o constrangimento de comparecer numa cadeira de rodas fazia com que preferisse ficar em casa. Por isso, um marco em minha vida foi o primeiro concerto ao qual compareci depois do acidente. Em 1995, fui com uns amigos



ao Salão de Atos da Ufrgs assistir a Jean-Luc-Ponty, Stanley Clarke e Al Di Meola. Ao entrar no local, ainda senti um certo desconforto. Demorou um pouco até me desligar dos olhares que recebia e focar minha atenção no palco. Foi a quebra de uma barreira que só existia em mim, mas era forte o suficiente para me impor limites – não bastasse os que já tinha em meu corpo.

Orgulho?

Nunca gostei que empurrassem a minha cadeira de rodas, a não ser para subir uma lomba ou uma rampa muito íngreme. Quando se é impossibilitado de fazer algumas coisas, realizar as tarefas possíveis passa a ser uma questão de honra. Não penso que seja um mero capricho. Respeito os que não se importam de serem conduzidos. Se eu tivesse permitido que me empurrassem, ao longo dos anos, isto teria inclusive me poupado de algumas tendinites nos braços e ombros. Contudo, fico bem mais à vontade me locomovendo sozinho. Se Deus me conservou os braços perfeitos não há porque não usá-los. Isto às vezes causa estranheza às pessoas não habituadas ao trato com cadeirantes. Soa como orgulho, soberba, ingratidão. Já fui até xingado no estacionamento de um supermercado ao não aceitar uma mãozinha para pôr a cadeira dentro do carro. Também já aconteceu de estar me deslocando na rua e de repente chega alguém e começa a me empurrar. A solicitude e a boa vontade não são assim tão comuns e eu as valorizo. Contudo, antes de agir assim, convém perguntar se a pessoa quer uma "mãozinha". Evitam-se mal-entendidos. Mas admito que, com o tempo, aprendi que pedir a ajuda dos outros, quando necessário, não é nenhum demérito. Estaria me tornando menos orgulhoso?



Brasília

Em maio de 92, embarquei em um avião para Brasília. Destino: Hospital Sarah Kubitschek, referência nacional em tratamento de lesados medulares. Tinha muitas esperanças de lá encontrar a cura do meu problema. Cheguei até mesmo a programar o que diria para os que estariam me esperando no aeroporto, na volta, quando eu descesse as escadas do avião caminhando. A ideia de viajar veio também de uma necessidade que eu sentia de voltar a ser independente. Tudo o que eu fazia em meus primeiros dezoito meses depois do acidente envolvia outras pessoas. Não saía de casa sozinho e mesmo para muitas tarefas dentro de casa eu precisava de ajuda. Meus parentes se revezavam nos serviços de enfermagem e os amigos viviam lá em casa. Tinha, enfim, todo o amor do mundo ao redor, mas queria me virar um pouco sozinho. O Sarah Kubitschek apareceu em minha vida como uma espécie de refúgio e oásis de liberdade. O tratamento era por tempo indeterminado e em regime de internato. Ficaria alojado no próprio local. Minha mãe foi junto e se hospedou na casa de parentes. Ela me visitava todos os dias, pela tarde, mas lá dentro eu estava por mim mesmo, o que era o meu grande objetivo.

Foram dias muito ricos. Eu diria que um ano se passou naqueles sessenta dias, tal a intensidade da experiência de ficar mergulhado em tempo integral num universo de cadeiras de rodas, macas, camas de hospital e pessoas com histórias de vida completamente diferentes, mas com o mesmo objetivo de voltar a andar. Foi lá, mais do que em qualquer outro lugar, que eu vi que não tinha porque me revoltar contra a minha situação. Conheci um



garoto do interior do Rio grande do Sul que, depois de um mergulho de não sei quantos metros em uma lagoa, bateu a cabeça e só conseguia mexer os olhos. Eu e outros colegas nos revezávamos com a sua família para alimentá-lo, penteá-lo, escovar-lhe os dentes. Um rapaz, se não me engano, da Amazônia, era surdo e mudo de nascença e havia tomado um tiro na coluna. Um senhor do Maranhão, já com mais de 60 anos e recém-iniciado na condição de deficiente físico, devido a um acidente de trabalho – pelo qual a firma não se responsabilizara -, era completamente sozinho na vida e sem nenhuma perspectiva de recuperação na sua cidadezinha de pouco mais de dez mil habitantes. Tomara a estrada com sua cadeira de rodas e uma sacolinha com as poucas roupas que possuía e pegara um ônibus para Brasília, numa estrada empoeirada dos confins do sertão brasileiro.

Estes casos me fizeram ver o quanto eu tinha que agradecer a força nos braços, a mente sã e a família maravilhosa que tinha. Um jovem nordestino, não lembro se do Ceará ou de Pernambuco, tinha recebido vários tiros numa tocaia, um assustadoramente real faroeste caboclo. Tentou se jogar de uma das janelas do hospital enquanto eu estava lá, mas foi impedido por uma enfermeira que passava bem na hora. Outro, também gaúcho, estava sentado num pneu de trator que explodiu e o fez voar pelos ares. Um adolescente mineiro descia o morro onde morava em alta velocidade de bicicleta quando a roda dianteira bateu numa pedra e ele foi arremessado longe. Alguns dos pacientes foram vítimas de vírus que se instalaram na medula e lá fizeram um estrago enorme.

E assim fomos formando uma espécie de irmandade que, infelizmente, se dissolveu com o tempo e a distância, mas que durante aqueles meses foi muito forte, como se nos alimentássemos dos sonhos e das risadas uns dos outros. Casamentos e luas-de-mel foram imaginados em Cuba – na época, o El Dorado dos lesados medulares. Certa vez, enquanto tomávamos sol no



pátio externo do hospital, apareceu um cara dizendo que havia sido curado em Cuba. Mostrou várias cicatrizes pelo corpo, de um pretenso acidente de carro, falou que o Sarah era um atraso de vida e que deveríamos ir à Havana nos tratar. Aquilo causou um grande alvoroço. Mais tarde alguém nos contou que ele era um militante político com interesse em difamar o governo, e que era tudo mentira, ele nunca tinha fraturado a coluna. O fato é que naquela noite ninguém conseguiu dormir direito, sonhando com a ilha de Fidel.

Naqueles memoráveis dois meses ensaiamos uma minirrevolução. Regras regimentais, como a lei do silêncio às 22 horas, foram quebradas com a euforia infantil de quem pratica uma contravenção gravíssima. Alimentos proibidos em nossas dietas, como bolachas, refrigerantes e até sorvetes foram introduzidos por nossos pais, cúmplices que tinham um verdadeiro prazer em ver nossas caras de satisfação ao burlarmos as normas que considerávamos ditatoriais. Foi lá, entre tantas histórias mais malucas e até mais trágicas que a minha, que aprendi realmente que eu não era um meio-homem, ou o garoto da cadeira de rodas, mas pura e simplesmente um homem. Entre aqueles irmãos de fé e sofrimento me senti, mais do que em qualquer fase pré-acidente, poderoso, capaz, grande.

O Sarah Kubitschek goza, desde a sua criação, de uma importante reputação no meio médico. Hoje existem em todo o Brasil seis unidades. A verdade é que, na época em que lá estive, o tratamento se resumia basicamente em adaptar os pacientes à sua nova condição. Ensinavam como entrar e sair de um carro sozinho, tomar banho sem precisar de ajuda, enfim, se virar. Isso era, afinal de contas, o que tinha me levado para lá. No entanto, a aura de excelência que pairava sobre a instituição revelou-se completamente injustificada. Os fisiatras responsáveis pelas avaliações e tratamentos não investiam na recuperação dos pacientes. Também não demonstravam nenhuma sensibilidade e preparo psicológico para a função



que exerciam. Mais de uma vez vi colegas – assim nos considerávamos – e seus familiares sendo tratados de maneira agressiva e completamente antiética pelos todo-poderosos chefes do corpo médico do hospital. Os fisioterapeutas, quando indagados por nós se concordavam com aquilo, baixavam a cabeça e humildemente seguiam as ordens, abstando-se de colocar seus cargos em jogo contrariando os superiores.

Pode ser que, com o tempo, a filosofia do Sarah tenha mudado. Quando ainda estava lá, piscinas estavam sendo construídas, o que implica em hidroterapia, natação, esportes aquáticos, etc. No entanto, o fato é que, até 1992, o local era um ambiente de frustração para quem até ele se deslocava em busca de terapias que possibilitassem a recuperação de, pelo menos, algum movimento. Por esta razão, dois meses depois eu estava novamente em casa, decepcionado por não ter voltado a caminhar, até um pouco arrependido de ter feito tão longa viagem, sem ainda me dar conta de que aprendera coisas inestimáveis que levaria comigo para sempre.

Outro recomeço

Voltar pra casa foi bem mais complicado do que imaginava. Não havia à minha volta toda a infraestrutura do hospital. Tudo era mais difícil: o trânsito pela casa; a saída para a rua; o deslocamento na cozinha e no banheiro. Os limites físicos do corpo se evidenciam muito mais quando as condições arquitetônicas não são favoráveis. No hospital eu estava entre os meus, em casa voltei a ser o diferente, o especial. Em Brasília eu ajudava, em Porto Alegre voltei a precisar de ajuda. É certo que estava mais independente, mas ainda a anos-luz da autonomia que sempre tive até aquele fatídico dezembro de 1990. Lembro que passei um período bastante irritadiço, sem paciência



com minha mãe e os outros familiares. Transferi um pouco do misto de decepção e raiva que sentia pelo tratamento deficiente do Sarah Kubitschek para o trato com as pessoas que menos mereciam o meu mal-humor.

Um fato que contribuiu muito para a melhora da minha autoestima – e do meu temperamento - foi a construção de uma rampa na entrada do meu edifício. Ainda que morássemos no térreo, havia três degraus que me impediam de sair sozinho. Depois da obra, passei a frequentar mais a rua. Os shopping centers, por serem locais de boa acessibilidade, eram meus destinos preferidos. Lá ia ao cinema, comprava cds, lanchava, e a aos poucos ia me redescobrimdo como um ser social, capaz de ir e vir e de usufruir dos benefícios de uma sociedade de consumo. Muitas vezes fugi da tristeza dentro de uma livraria ou de uma loja de discos.

O Sexo oposto

No auge da crise de autoestima, considerava totalmente improvável a possibilidade de alguma menina sentir-se atraída por mim. Um grande amigo – não cito seu nome para não melindrar outras pessoas muito importantes na minha vida que também não serão mencionadas nominalmente -, desde que retornei de Brasília, insistia que eu deveria sair mais e tentar "me dar bem" com alguma guria. Isso me irritava, pois me sentia pressionado, tendo que lutar com uma timidez histórica, e, ainda por cima, contra meu bloqueio. Achava – e felizmente estava enganado - que ninguém iria querer namorar ou ter qualquer tipo de relação com alguém em uma cadeira de rodas. Tive um rápido relacionamento com uma menina no Sarah, mas ela também tinha um problema físico, e isso para mim não bastava para que eu me sentisse capaz de atrair alguém "normal". Contudo, como meu amigo dizia, o grande



obstáculo estava em mim mesmo. Se conseguisse vencê-lo, venceria também o espaço que me separava de uma companheira.

Trabalho

Durante estes primeiros anos nunca pensei em procurar emprego. Trabalhei um tempo na agência da minha irmã, mas foi só. Além disso, consegui juntar algum dinheiro em atividades como digitações, degravações e traduções. Mas não passava pela minha cabeça trabalhar fora. Creio que, na metade da década de 90, não havia ainda políticas de inclusão, nem uma legislação que destinasse uma porcentagem das vagas para portadores de deficiência, como existe hoje. E sempre projetei as questões de trabalho e estudo para o futuro, quando voltasse a andar. Enquanto isso não acontecesse, seguiria com meus exercícios físicos, minhas leituras e tarefas remuneradas que pudessem ser realizadas em casa. É claro, eu tinha uma família que me proporcionava as condições financeiras a fim de manter este modo de vida "despreocupado", coisa que, infelizmente, não acontece com todos os que têm problemas semelhantes.

Meu primeiro emprego com carteira assinada veio só em 2001, através de um convênio da Acadef (Associação Canoense dos Deficientes Físicos) com o Inmetro. Durante seis meses trabalhei como digitador, mas tive de abandonar o cargo por problemas de saúde. Foi uma experiência importante, especialmente pelo convívio com os colegas, e pude constatar como estas iniciativas de convênios são fundamentais para garantir aos portadores de deficiência um lugar no mercado profissional. Competência existe, só é preciso que apareçam as oportunidades. Entidades como a Acadef são imprescindíveis na sociedade exclusiva em que vivemos.



Viajar Sozinho?

Certa vez, numa sessão de hidroterapia, estava conversando com minha fisioterapeuta sobre História, outras culturas, lugares que gostaria de visitar, etc. Ela me falava dos países que já conhecia quando, de repente, para, me olha e pergunta: "por que é que tu não viajas?" Falta de companhia, eu disse. "Mas por que tu não vais sozinho?" Como assim sozinho? "Claro cara, qual o problema? Só por causa dessa cadeira de rodas tu achas que não tens condições de encarar uma *banda* pra fora? Põe uma mochila nas costas, ou na cadeira, e te atira". Na hora aquilo me pareceu meio surreal. Nunca havia saído do país enquanto tinha todos os movimentos ao meu comando e, logo agora, no meio de uma guerra diária contra os limites do meu corpo como me atreveria a fazer isso? Ela é louca, pensei na hora. Contudo, em questão de dias já estava amadurecida na minha cabeça a idéia de "me atirar".

Naquela época, final dos anos 90, oito anos depois do acidente, eu já me considerava uma pessoa independente. Mas ainda faltava alguma coisa. Morava com minha mãe e meu irmão. A intenção da viagem, além de conhecer outro país, era provar para mim mesmo que eu tinha condições de me virar sozinho. Tinha uma grana guardada e passei a juntar tudo o quanto podia. A ideia inicial era Europa, mas acabei optando por Nova York, aceitando a sugestão de amigos que lá tinham estado e me garantiram que eu encontraria todas as condições de acessibilidade necessárias para uma "jornada de independência", como eu a definia.



Não lembro como foi dar os primeiros passos, lá por 1973, mas meu espírito deve ter se enchido de um júbilo semelhante ao que senti nas ruas de Nova York. Pela primeira vez, em quase dez anos, eu estava totalmente independente. No hospital, em Brasília, senti algo levemente parecido, mas desta vez estava realmente sozinho, sem ninguém para dizer que horas eu deveria dormir, o que poderia ou não comer, quais os dias e horários de sair para a rua. Além do mais, eu estava em outro país, sozinho em outro país. Muitas pessoas não se atreveriam a viajar sem companhia para um lugar em que falam outra língua e onde não conhecem ninguém. E ali estava eu, o mesmo cara que despertava piedade na capital do Rio Grande do Sul, sozinho na capital do mundo, cruzando o Central Park numa cadeira de rodas, curtindo as casas de blues e jazz do Village, respirando o ar primaveril de Manhattan, um ano e meio antes que o atentado às torres gêmeas deixasse o ar quase irrespirável.

É claro que - eu pensava - ao voltar para Porto Alegre tornaria a ser visto com os mesmos olhos de comiseração, pois afinal ninguém saberia das minhas andanças pelo exterior. Mas a experiência me nutriu de uma força interior que moldou uma verdadeira blindagem às opiniões alheias e me ajudou muito a aproveitar mais a vida. Foi lá que vi, pela primeira vez, os ônibus adaptados. Eles me levavam de um lado ao outro da ilha. Os rebaixamentos em todas as calçadas e suas perfeitas condições me possibilitavam transitar pelas ruas com a mesma desenvoltura de qualquer outro pedestre. Os prédios públicos tinham elevadores, rampas e funcionários treinados para auxiliar no que fosse necessário. Não há dúvida de que, sob o ponto de vista das condições de infraestrutura, ser portador de alguma deficiência em um país de Primeiro Mundo é bem menos trabalhoso. Nós, brasileiros, perdemos um tempo precioso, que poderia ser canalizado produtivamente, exigindo que sejamos reconhecidos e tratados como



cidadãos detentores de todos os direitos que nos outorga a Constituição. O único obstáculo arquitetônico que encontrei foi no metrô. Poucas estações tinham elevadores. Uma noite saí com um pessoal do albergue onde estava hospedado e conheci o subterrâneo de Nova York - bem sinistro, por sinal -, mas sem a ajuda deles para descer as escadas isso não teria sido possível.

Lá todos me indagavam se eu era louco de ir para os EUA sozinho numa cadeira de rodas. De alvo de pena no Brasil, passei a ser admirado. Muitos deles, gozando das mais perfeitas condições físicas, não teriam coragem de vir para cá – lugar perigoso, me diziam -, e lá estava eu fazendo um *rally* na capital do mundo, mostrando a "garra dos países subdesenvolvidos". Ainda hoje, quando falo desta e de outras viagens, vejo e ouço expressões abismadas, mas o fato é que não há nenhum mistério nisso. No caso de um cadeirante, o que ele precisa é de ruas onde possa transitar, meios de transporte que lhe levem de um lugar ao outro e acesso aos locais de interesse. De resto, só é preciso dinheiro - é claro - e fé que vai dar tudo certo.

Caso não dê tuuuudo certo, vale pela experiência de lidar com situações adversas longe de casa, o que por si só já proporciona valiosas lições. Até porque, achar que não haverá contratempos é ilusão. Eles sempre acontecem em qualquer viagem e com qualquer pessoa. Superá-los faz parte do processo de independência pelo qual todo portador de deficiência física tem de passar – queira ou não. Levar tombos, ser vítima de preconceitos, presenciar absurdos arquitetônicos, ficar doente longe dos médicos conhecidos, enfrentar dificuldades com o idioma estrangeiro, são coisas que fazem parte do cotidiano de quem deixa o país e estarão sempre presentes. Contudo, lembrar deles anos depois e poder dar risada não tem preço.

Seria exagero dizer que todo mundo numa situação de limitação física



deva viajar sozinho para o exterior. As deficiências atingem pessoas de todas as classes sociais e não dá para desconsiderar este fato. No entanto, acho que todo aquele que puder, deve sim empreender uma viagem a outro país. A experiência é enriquecedora e aprende-se muito sobre si mesmo e sobre as possibilidades inesgotáveis que se encontram ocultas no homem. O portador de deficiência tem, acima de tudo, uma dívida consigo mesmo. É para si próprio que ele precisa provar ser capaz de realizar o que deseja, se quiser afugentar para sempre o fantasma da autopiedade. Ver-me num país distante, sem a infraestrutura que havia em casa, foi fundamental para que eu me convencesse, de uma vez por todas, da extensão da minha capacidade como ser humano.

Estudar é preciso

Com o passar dos anos, algumas pessoas começaram a me indagar, cada vez com mais frequência, se eu não pensava em voltar a estudar. No início estes questionamentos me incomodavam. Pensava: "puxa, não basta estar impossibilitado de andar e ainda querem que eu aja como se nada houvesse de errado? Não, eu não quero estudar, me deixem quieto!" Entretanto, aos poucos fui amadurecendo a ideia, até finalmente decidir que era a hora certa. No segundo semestre de 1999, fiz um cursinho pré-vestibular

– fundamental para quem estava a quase nove anos afastado da sala de aula. Poucos meses antes, havia comprado um carro e mandado adaptá-lo - outro marco importante na conquista da independência. Até então dependia muito da carona de parentes e amigos e quando passei a sair sozinho pegava táxis. Ter como me locomover sem precisar pedir ajuda a ninguém foi determinante em minha decisão de voltar a estudar.



Na faculdade um novo obstáculo apareceu, e, mesmo sem querer, acabei abrindo portas para outros que vieram depois de mim. Passei em Jornalismo no vestibular da PUCRS, mas, para minha decepção, o prédio da Faculdade de Comunicação Social (Famecos) não tinha elevador. Como as aulas começavam em março, já em janeiro, pouco depois da matrícula, passei a tentar um encontro com o reitor para encontrar uma solução para o impasse. Nas primeiras vezes fui atendido pelo então vice-reitor, e que, desde 2004, ocupa o mais alto cargo da universidade. Ele, sempre solícito e interessado pelo meu caso, fez questão de deixar bem claro que as coisas lá eram feitas com muita antecedência, que a construção de um elevador levaria tempo, mas que eu não deveria me preocupar porque algum jeito se daria.

Faltando uma ou duas semanas do início das aulas, voltei à Reitoria decidido a finalmente falar com o reitor e ouvir dele qual seria a solução. Já esperando um confronto difícil, levei em mãos a lei que obriga os prédios públicos e instituições de ensino a construir acessos para todos. Depois de demonstrar impaciência e inconformismo por nunca ter sido recebido por ele, consegui meu intento. Foi uma reunião dura e bastante reveladora do quão longe pode ir a falta de consideração do ser humano com os problemas alheios. Os detalhes do que ouvi e a maneira áspera como foram colocados não vêm ao caso, mas saí de lá com a certeza de que os elevadores não seriam construídos tão cedo.

Graças à Diretoria da Faculdade e à provável intervenção do vice-reitor, todas as aulas da minha turma foram transferidas para o andar térreo, mas, durante um ano e meio, fiquei privado de acesso ao Laboratório de Informática. Além disso, eu e todas as outras pessoas da Universidade com problemas de locomoção não tínhamos como freqüentar a Biblioteca. Os atendentes gentilmente subiam e traziam os livros procurados, o que



quebrava o galho, mas não era a situação ideal. Dezesete meses depois do meu primeiro dia de aula, entraram em funcionamento na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul os elevadores da Famecos e da Biblioteca, tornando bem melhor a vida de muita gente e fazendo cumprir uma lei que, não fosse a intervenção dos diretamente interessados, demoraria mais tempo ainda para ser cumprida.

O jornalismo

Atravessei mais da metade do tempo do curso sem nenhuma experiência prática no Jornalismo. Até que, um dia, um professor me indicou para uma entrevista na Rádio FM Cultura. Meses depois, eu iniciava meu primeiro estágio e minha carreira no Jornalismo. Lá passei a me sentir um profissional. Embora a rádio pública do Estado não tivesse uma grande audiência, o trabalho era bem prazeroso. As limitações físicas não me atrapalhavam em nada, uma vez que o trabalho era feito basicamente por telefone. Não havia deslocamentos que pudessem retardar ou até mesmo impedir a logística da captura da informação. Produzia programas, fazia entrevistas, editava o material, gravava locuções, e com isso fui adquirindo confiança e acreditando que poderia realmente ser um bom jornalista.

Em junho de 2004 eu cursava o último ano de faculdade e ainda estagiava na FM Cultura. Certa tarde, toca o telefone, e, para a minha surpresa, uma jornalista da RBS se apresenta e me informa que o diretor da principal empresa de telecomunicações do sul do Brasil queria conversar comigo. Dias depois, sem ter a menor idéia do que me espera, adentro os portais da TV Gaúcha. Sou recebido pelo Diretor Geral de Jornalismo. Até hoje não sei como chegaram até mim. O fato é que tinham um projeto de contratar um



repórter cadeirante e queriam fazer uns testes de vídeo comigo. Fui pego totalmente de surpresa. Nunca passou pela minha cabeça trabalhar na televisão. Aliás, minha pior nota na Faculdade tinha sido justamente em uma cadeira de telejornalismo. Não tinha o hábito de fazer a barba todos os dias e meu cabelo estava longe de ser o ideal para um repórter de tevê, mas foram com a minha cara, deixando bem claro desde o início que teriam de dar uma "ajeitada" no visual.

Adorava trabalhar na rádio, mas era apenas um estágio. Dali a seis meses estaria desempregado, faltando ainda um ano para terminar o curso. Era uma oportunidade única na vida de um estudante de jornalismo. Muitos profissionais competentes esperam a vida inteira por uma chance como esta e eu a recebera sem ao menos ter lutado por ela. Além de achar que não seria um bom repórter de tevê, tinha restrições ao grupo RBS. Nada muito radical, só um certo ranço ideológico, típico de um estudante de jornalismo simpatizante do PT – pelo menos naquela época. Quanto ao projeto "politicamente correto" de ter um repórter que usasse cadeira de rodas, me pareceu bem interessante. A ideia era que eu cobrisse todos os tipos de assuntos e não apenas matérias relacionadas aos portadores de deficiência. Passou pela minha cabeça que, sob um certo ponto de vista, estaria sendo usado por eles. Graças ao meu trabalho e à minha imagem a empresa seria vista como socialmente responsável e preocupada com o direito das minorias. O fato é que, bem intencionada ou não, a RBS estava fazendo sua parte, e eu procuraria fazer a minha da melhor maneira possível.

No ar

Depois de três meses de treinamento fui contratado. O início foi muito



legal. Aos pouquinhos fui pegando as manhas da reportagem, aprendendo principalmente com o pessoal da externa - motoristas e cinegrafistas. Minha dificuldade de mobilidade era compensada pela imensa boa vontade dos colegas de equipe, que me davam ótimas dicas para driblar a inexperiência. Quanto aos entrevistados, percebia que muitos estranhavam um repórter numa cadeira de rodas, mas eu agia naturalmente. Eles que lidassem com seus preconceitos. Fazia o meu trabalho como se fosse a coisa mais normal do mundo um cadeirante portar um microfone. Ainda acho que as funções de redação, edição e produção sejam as mais adequadas para quem tem problemas de locomoção, porque a reportagem às vezes exige agilidade física, coisa que eu não tinha. Furar uma roda de repórteres para acompanhar mais de perto uma coletiva, correr atrás de um entrevistado que não quer gravar, subir uma escadaria em busca de um melhor ângulo para uma passagem - parte da matéria em que o jornalista aparece falando - eram situações que eu não podia enfrentar.

No entanto, algumas vezes minha condição especial até ajudou, por exemplo, quando consegui uma entrevista exclusiva com o menino Iruan, um ano após ele ter voltado de Taiwan, protagonista de um drama que envolveu até os governos dos dois países. Sua avó estava acostumada a correr a imprensa da porta de casa, mas abriu uma exceção para mim, mal escondendo a surpresa de ver aquele jovem pedindo uma simples palavra com toda a educação, o que seguidamente falta a quem quer a todo o custo invadir a privacidade alheia. Não tenho dúvidas de que a cadeira de rodas pesou a meu favor. Começamos a conversa no portão, só eu e ela, sem gravar, e acabamos dentro da casa, filmando o garoto que tinha trauma de câmeras, falando sobre a escola e a vida no Brasil, jogando videogame, completamente à vontade.

Ainda que a intenção original fosse não fazer apenas matérias ligadas



aos deficientes, na prática acabei fazendo várias do tipo. As pautas simplesmente caíam no meu colo. Pessoas telefonavam para a tevê, associações e organizações não governamentais me mandavam e-mails sugerindo matérias, e, de uma hora para outra, vi-me representante de todo um grupo de pessoas, até então sem voz, no principal canal de televisão do Estado, membro da maior rede de mídia do Brasil e uma das maiores do mundo. Visitei escolas voltadas para a formação profissional de deficientes, conheci o dia-a-dia dos alunos de Libras – linguagem dos sinais -, acompanhei um deficiente visual pelas ruas da capital, testemunhei os benefícios da música no tratamento de crianças com lesões cerebrais, levei aos lares gaúchos a comovente história de velhinhos cegos que pintam cartões e telas muito mais expressivas que várias obras de arte contemporânea. Durante aqueles meses me senti realizando o sonho de todo o jovem repórter idealista: usar a profissão para mudar o que há de errado no mundo e mostrar os bons e maus exemplos de uma sociedade excludente.

Uma matéria foi especialmente significativa durante a minha passagem por lá. Até hoje, três anos e meio depois, falam comigo na rua e me perguntam se eu não sou "aquele repórter daquela reportagem". Durante três dias, percorri vários locais públicos de Porto Alegre para mostrar as condições de acessibilidade da cidade, que é considerada referência do tema no Brasil. Os aspectos positivos foram ressaltados, como a infraestrutura adequada dos já citados shopping centers, de alguns centros culturais e dos ônibus adaptados. Contudo, não pude deixar de mostrar alguns absurdos que eu próprio enfrentava – e ainda enfrento - no dia-a-dia, como as péssimas condições das calçadas, a falta de rebaixamentos nas esquinas, rampas absurdamente íngremes em locais muito visitados por quem delas precisa, estações de trem sem elevadores e até as tão saudadas salas de cinema modernas com seus lugares ditos "especiais", que obrigam o cadeirante a



ficar quase grudado na tela e ir para casa com dor nos olhos e um tremendo incômodo no pescoço. A repercussão foi enorme. Naquele momento me senti realmente útil para a sociedade e – reconheço – usei o poderoso trunfo da mídia de massas em meu favor, acusando os responsáveis pelo descaso contra os que não podem caminhar, enxergar, escutar, etc.

Mas o fato é que, na prática, não consegui mudar nada. Para isso, seria necessário um acompanhamento quase diário dos veículos de comunicação. Para mostrar que, apesar da lei de acessibilidade, não há até hoje rampas em várias entradas de prédios públicos, que os fiscais de trânsito da prefeitura não fiscalizam os carros que estacionam nas áreas reservadas para deficientes, seria preciso incomodar muito mais as autoridades responsáveis, voltar no dia seguinte para ver se algo mudou e na próxima semana de novo, até que as providências fossem tomadas. Mas existem outros problemas sociais que fazem com que não possa haver tanta atenção da mídia para um único assunto, além de opções muito discutíveis e nem sempre éticas sobre o que é relevante e deve virar notícia.

Um ano e três meses depois pedi demissão da empresa. Saí por uma questão de temperamento e incompatibilidade com algumas pessoas da redação. Além disso, não tive paciência – e, possivelmente, humildade - para me tornar um bom repórter e aguentar as críticas internas quase diárias ao meu trabalho. Infelizmente, o projeto da RBS não teve prosseguimento, talvez até por falta de outro repórter com o perfil. Eles têm o meu reconhecimento por terem tentado algo novo na história do telejornalismo brasileiro. Se não deu certo, foi porque escolheram a pessoa errada. Mas não me arrependo de ter tentado.



Dificuldades no exterior

A grande experiência, sob o ponto de vista das condições de acessibilidade – ou a falta delas – em outro país, tive em junho de 2007 na Espanha, onde passei vinte e um dias com um amigo. O brasileiro tem um pouco do que Nelson Rodrigues classificou de "complexo de vira-latas", ou seja, uma tendência autodepreciativa de achar que tudo o que vem de fora é melhor. Pois em Madri, Sevilha e Barcelona, deparei-me com descasos dignos de um país de Terceiro Mundo.

Em Madri e Barcelona quase todas as estações de metrô têm elevadores. Até aí tudo bem, desde que eles funcionassem. Em Madri fui a uma estação específica, por terem me informado que lá haveria elevador. O guarda responsável disse que ele estava estragado havia semanas. E não vão arrumar?, perguntei. Acho que não, ele disse, e continuou a conversa com outro guarda. Simples assim. Em Porto Alegre, pelo menos já existe a cultura da reclamação, através de associações ou mesmo de pessoas físicas, que incomodam até que o conserto seja realizado. Lá, pelo que me pareceu, estragou está estragado, fazer o que? Como eu faço então para subir? indaguei de novo, esperando que dissessem: podemos ajudar. Nesse momento, outros dois seguranças haviam se aproximado, mas, para minha surpresa, eles disseram que não sabiam. Ou seja, não iriam me ajudar.

Alguns dias depois, tendo enfrentado outras situações parecidas, descobri que os funcionários espanhóis, sejam eles de que órgão forem, nunca podem tocar no portador de deficiência, pois, se qualquer acidente



acontecer, eles podem ser processados. Interessante essa cultura de lavar as mãos: vire-se, eu não posso ajudar porque se der algo errado você me ferra. É mais ou menos por aí.

Nos trens, mais alguns "filmes de terror", como definiu meu amigo. Na hora de comprar as passagens, quem vende não tem a menor idéia da largura dos vagões, porque nos deram assentos onde eu não conseguia chegar. Nos vagões-leito, com quatro camas, extremamente estreitos, não havia nenhuma cadeirinha especial para facilitar a chegada ao quarto. Na estação de Barcelona não havia nem a tradicional rampa de acesso aos trens. Lá me senti realmente na África - com todo o respeito aos africanos. É claro, existem os trens com lugares especiais para cadeirantes, mas estes - é lógico - são mais caros. Isso é outra coisa que me impressiona: em muitas situações é necessário pagar mais que as outras pessoas para ter as condições adequadas. Isso vale para hotéis, trens, lugares em teatro em qualquer lugar do mundo. Os cidadãos portadores de alguma deficiência são punidos no bolso. Se quiserem bem-estar, têm que pagar mais por ele.

Os rebaixamentos de calçada em Madri, justiça seja feita, são muito bons. Além de haver em todas as esquinas, não apresentam inclinações absurdas como muitos em Porto Alegre. Também não acontece, como em muitas de nossas ruas, de haver uma descida numa calçada mas não na da frente. Ou seja, o cadeirante pode descer, mas a partir daí deve seguir no meio da rua. Maluquices dignas de Brasil – olha o meu "complexo de vira-latas". Os acessos aos prédios públicos, ao menos os que visitei, também são muito bons.

No estádio do Barcelona, o maior da Europa, uma sequência de absurdos. Compramos o ingresso numa banca de turismo da estação de trens. A menina que nos atendeu não sabia onde ficavam os lugares especiais



e tivemos que arriscar. Chegando lá, não nos deixaram ir para o local onde compramos porque o único acesso era por escadas. Meu amigo disse que não tinha problemas, pois ele estava acostumado a me ajudar. No entanto, era proibido, porque se houvesse um acidente e eu caísse, blá blá blá. Fomos encaminhados para a área especial. De cara, a rampa mais assustadora que já vi. Meu amigo quase escorregou, o que teria realmente causado um acidente.

O lugar reservado para os cadeirantes era possivelmente o pior do estádio. Atrás da última fila, onde se enxergava apenas uma faixa estreita que contemplava apenas o campo. Não se via o céu nem a torcida nas arquibancadas. Havia pouco mais de dez lugares e, como o jogo era decisivo, já estavam ocupados. No estádio de uma das maiores e mais milionárias equipes do mundo, os portadores de deficiência eram literalmente jogados atrás dos outros torcedores, como se dissessem: fiquem aí e não incomodem. Impossível não pensar no Estádio Olímpico e no Beira-Rio, que dispõem de uma infraestrutura bem mais precária, mas ainda assim destinam lugares bem mais nobres para os portadores de deficiência.

Mas, sem dúvida, o maior absurdo foram os quatro dias que passamos tentando consertar um pneu furado da cadeira de rodas. Se me pedirem uma dica de viagem para Sevilha, eu diria: não fure um pneu. É incrível, mas ninguém - isso mesmo, ninguém - é capaz de consertá-lo. Batemos na porta de lojas de bicicletas, ortopedias, borracharias, e, além de não resolvermos o problema, entramos em contato com a filosofia andaluz: isso não é problema meu, quem mandou furar? Fomos para Madri com o pneu furado, já um tanto desesperançados. Na capital, a solução: aluguei uma outra cadeira, já que com aquele pneu era impossível continuar e os espanhóis não sabem como consertar uma câmara de borracha. Nunca senti tantas saudades do meu país, onde, com tudo o que há de errado, ainda é possível chegar numa

oficina com um pneu furado e sair de lá com ele, pelo menos, remendado.

Em Barcelona conheci um cadeirante que trabalhava no albergue onde estávamos. Perguntei-lhe se não havia na Espanha associações, se as pessoas não reclamavam, não cobravam seus direitos. Ele disse que sim, que aos poucos as coisas estavam melhorando, mas que os políticos infelizmente não cumpriam o que prometiam durante as campanhas, e muitas das metas, traçadas antes das eleições, depois são abandonadas. Mas e as leis, não existem? Sim, mas não são cumpridas. Parece que eu já vi esse filme em algum lugar.

Montanhas sem rampas

A cura pelas células-tronco ainda não veio. As pesquisas continuam. No entanto, considero a minha vitória pessoal já conquistada. Fico triste ao ver portadores de deficiência abatidos, sem motivação, sentindo-se exatamente como a sociedade, conscientemente ou não, quer que eles se sintam: menores e menos capazes. A história da humanidade está cheia de exemplos de homens que se ergueram acima das limitações físicas, conquistaram um lugar destacado e escreveram seus nomes com louvor no livro da humanidade. Já imaginaram se Beethoven, ao ficar surdo, tivesse se recolhido a um quarto escuro a lamentar sua situação e abandonasse a composição? Antônio Francisco Lisboa - o Aleijadinho -, Ray Charles, Stevie Wonder, só para ficar no campo das artes, são provas de que a única barreira que impede alguém de ter uma vida produtiva está em sua própria mente.

Devemos sim cobrar nossos direitos, mas considero um erro adotar uma postura de coitado, de vítima da incompreensão da sociedade. Isso só colabora para que sigamos sendo vistos como cidadãos de segunda classe, que devem se contentar com qualquer migalha que venha do poder público. O portador de deficiência deve apostar na sua habilidade, na sua aptidão. A



condição oferecida pelo mercado de trabalho, por exemplo, não é a ideal, mas já há políticas de cotas nas empresas, o que não resolve, mas atenua o problema. Existem estudos mostrando que muitas destas vagas não são ocupadas porque não há pessoal com as qualificações necessárias para preenchê-las. Falta de capacidade ou de estímulo para sair de casa e ir atrás da oportunidade? Gente que tenta e não consegue aprender ou gente que nem tenta porque acha que não vai dar certo? Eu aposto na segunda opção. A grande sequela deixada pelo problema físico é a fratura na autoestima. Talvez tudo se resuma mesmo a uma pequena palavra: fé. Quem acredita que é possível vencer um obstáculo não tem porque temer o fracasso. O processo de percorrer o caminho atrás de um sonho talvez seja mais importante e enriquecedor do que realizá-lo.

Aquele que olha com pena para um portador de deficiência precisa rever seus conceitos. Acho até que é, ele sim, digno de pena. A sociedade, como um todo, precisa rever seus conceitos. Escrevi acima que o portador de deficiência tem uma dívida consigo próprio. É necessário que se torne um vencedor de si mesmo e para si mesmo, superando medos, receios e frustrações. O paradigma do "deficiente coitadinho" só cairá por terra quando ele remover, com a fé em seu potencial, todas as montanhas que surgirem no caminho. Mas é bom se preparar, porque nem todas elas terão rampas.

